



# IMPACTO SOCIAL

## 2025



## ÍNDICE

Números que contam histórias .....	4	5. Capital humano e coerência interna .....	23
Sobre este relatório.....	5	5.1. As nossas Pessoas: diversidade, equidade e inclusão .....	23
1. O nosso Compromisso Social .....	6	5.2. Condições de trabalho e diálogo interno .....	24
1.1. Missão, propósito e valores .....	6	6. Governança da Sustentabilidade.....	25
1.2. Evolução do modelo de impacto .....	6	6.1. Estratégia Corporativa de Sustentabilidade .....	25
1.3. Posicionamento estratégico .....	7	6.2. Impacto social no quadro da sustentabilidade.....	26
2. Como geramos impacto .....	8	6.3. Alinhamento com a TISFD .....	26
2.1. Medição e gestão do impacto .....	8	7. Aprendizagens de 2025 e prioridades para 2026 .....	27
2.2. Princípio da adicionalidade .....	9	7.1. O que conquistámos em 2025 .....	27
2.3. Materialidade .....	10	7.2. O que nos comprometemos a fazer em 2026 .....	28
3. Onde geramos impacto .....	10	ANEXOS.....	29
3.1. Economia Social e Solidária .....	10	Anexo A - Indicadores Sociais Consolidados 2023–2025 .....	30
3.2. Habitação própria e permanente.....	14	Anexo B - Teoria da Mudança.....	32
3.3. Pilar Pessoas e Inclusão Financeira.....	15	Anexo C - Alinhamento IRIS+ .....	34
3.4. Investimento de impacto - <i>Impact Innovation Fund</i> .....	18	Anexo D - Alinhamento ESRS .....	35
3.5. Comunidades e relacionamento local.....	19	Anexo E – Alinhamento com a TISFD .....	36
3.6. Fundação Montepio.....	20	Anexo F – Mapeamento do contributo para os ODS .....	40
4. Resultados 2025.....	21	Anexo G - Metodologia e Nota de Evidência .....	42
4.1. Escala de intervenção.....	22	Anexo H - Glossário Social .....	44
4.2. Resultados diretos ( <i>outputs</i> ) .....	22	Anexo I – Correspondência temática com o Relatório de Sustentabilidade 2025.....	47
4.3. Efeitos observados ( <i>outcomes</i> ).....	22	Salvaguardas editoriais.....	48

## MENSAGEM EXECUTIVA

No Banco Montepio, mais do que indicadores financeiros, os números afirmam-se como expressão de uma missão corporativa ancorada numa matriz mutualista, que coloca as pessoas e as comunidades no centro da nossa atividade. Esta dimensão social manifesta-se não apenas na vida dos beneficiários diretos, mas também na vitalidade da economia real, na resiliência das comunidades locais e na coesão das regiões onde o financiamento é mobilizado. Cada entidade da economia social e solidária apoiada, cada pessoa ou agregado familiar com acesso à habitação própria e cada posto de trabalho criado ou preservado corresponde a uma história de inclusão, de estabilidade e desenvolvimento à escala local, em linha com a ambição de contribuir para os mecanismos de “elevador social”.

Num contexto marcado por desafios persistentes no acesso à habitação, pela manutenção de desigualdades e pela crescente atenção à coesão territorial, a disponibilização de financiamento com intenção de impacto social constitui um contributo para a resiliência das famílias, das entidades da economia social e solidária e dos ecossistemas onde estas se inserem. A gestão do nosso capital humano, as nossas Pessoas, é, também, parte integrante desta responsabilidade, assegurando condições de trabalho e de desenvolvimento que respeitam a dignidade individual, promovem a conciliação entre as dimensões profissional, pessoal e familiar, e reforçam a capacidade da organização para gerar valor de forma sustentável.

Em 2025, esta orientação traduziu-se na mobilização de mais de 1 000 milhões de euros, estruturados em três eixos que refletem necessidades concretas da sociedade portuguesa: financiamento à economia social, habitação própria e permanente e inclusão financeira. Apoiámos cerca de 465 000 beneficiários através de entidades da economia social e solidária; as iniciativas de microcrédito viabilizaram a criação de 185 postos de trabalho, e a parceria com a EPIS contribuiu para um acréscimo de 10,3 pontos percentuais na qualidade do sucesso escolar dos alunos acompanhados.

Entre estes eixos, a habitação própria e permanente assume uma relevância particular, num contexto de pressão crescente sobre o acesso a uma residência digna. Em 2025, reforçámos a nossa resposta junto de segmentos prioritários, concedendo cerca de 700 M€ em 2025 a jovens até 35 anos e de 20 M€ a pessoas com deficiências. O crédito concedido representa, em



**Cada entidade da economia social apoiada, cada pessoa ou agregado familiar com acesso à habitação própria e cada posto de trabalho criado ou preservado, representa uma história de inclusão, de estabilidade e desenvolvimento comunitário.**

articulação com outros instrumentos de política pública, um contributo para a concretização do direito à habitação, associado a segurança habitacional, maior previsibilidade no orçamento familiar, permanência nos territórios e preservação de redes de apoio local.

O nosso **Relatório de Impacto Social 2025** consolida uma abordagem progressiva iniciada em 2023, orientada para resultados e impacto e alinhada com referenciais internacionais, contribuindo para uma avaliação mais transparente, comparável e rigorosa do nosso contributo social. Constitui um exercício de aprofundamento do conhecimento sobre as realidades onde operamos e sobre a nossa capacidade corporativa de gerar valor, apoiando decisões mais informadas e reforçando o empenho na melhoria contínua.

Em 2026, assumimos o compromisso de reforçar e consolidar a nossa estratégia de impacto social, clarificando prioridades e tornando mais visíveis os resultados alcançados. Pretendemos também aprofundar o diálogo com o setor da Economia Social e Solidária, ouvindo ativamente os seus contributos para orientar as nossas decisões, e assegurar que as nossas iniciativas de impacto seguem, maioritariamente, uma lógica estruturada de criação de mudança positiva.

Mais do que números, as histórias que se escreveram ao longo de mais de 180 anos continuam a reforçar o nosso propósito. E, no que verdadeiramente importa, são os valores que permanecem - que se renovam e se projetam no tempo, ligando gerações passadas, presentes e futuras. Foi com este espírito que escrevemos este relatório, e é com essa responsabilidade que continuaremos a trabalhar.

**Pedro Leitão**

*Presidente da Comissão Executiva*

# NÚMEROS QUE CONTAM HISTÓRIAS

CAPITAL MOBILIZADO

## +1 000 M€

Mobilizados com intenção de gerar valor social em 2025

1 8 10 11

BENEFICIÁRIOS

## +465 000

Beneficiários apoiados através da Economia Social

1 8 10

REDES DE APOIO

## 20

Centros de atendimento para a Economia Social

## 222

Balcões disponíveis para o Microcrédito

### 1. FINANCIAMENTO À ECONOMIA SOCIAL

## 3 760

Entidades ESS com relação ativa

8 17

## 94 M€

Crédito com finalidade social

8 10

## 45%

Em territórios de baixa densidade

10 11

## 28%

Representação na ESS com fins sociais

## 92%

Entidades ESS que mantiveram atividade

## ~9

Antiguidade média da relação com o BM

### 2. ACESSO À HABITAÇÃO PRÓPRIA PERMANENTE

## 831 M€

Financiamento a grupos prioritários

1 10 11

## 4 958

Agregados familiares apoiados

1 11

## 45%

Em territórios de baixa densidade

1 10

## 696 M€

Financiamento a jovens com <35 anos

## 19,6 M€

Crédito bonificado a pessoas com deficiência

## 170 M€

Em territórios de baixa densidade

### 3. FINANCIAMENTO AO PILAR PESSOAS – MICROCRÉDITO & NECESSIDADES ESSENCIAIS

## 185

Postos de trabalho criados

1 8

## 16 334€

Investimento por posto de trabalho criado

8

## 133

Operações de microcrédito

1 8

## 182 000

Beneficiários do Impact Investment Fund (agregado)

## 0,95 M€

Financiamento a cuidados de saúde

3

## +10 pp

Qualidade do sucesso escolar (EPIS)

4

CAPITAL HUMANO - AS NOSSAS PESSOAS

## 8 46,6<sup>h</sup>

Formação por colaborador/a

## 8 10 3,7%

Pessoas com deficiência ≥60%

## 5 50%

Paridade de género na força de trabalho

## SOBRE ESTE RELATÓRIO

O **Relatório de Impacto Social 2025** apresenta a abordagem, os resultados e as evidências relativas à geração de valor social associada à atividade do Banco Montepio, tendo como perímetro de reporte todo o território nacional, incluindo o continente e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

### Articulação com o Relatório de Sustentabilidade 2025

O Relatório de Sustentabilidade 2025, integrado no Relatório e Contas como Anexo IV, constitui o reporte oficial de sustentabilidade do Grupo Banco Montepio, elaborado em conformidade com a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e com os *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS), refletindo os indicadores de sustentabilidade diretamente associados à atividade financeira do Grupo. O presente relatório complementa essa divulgação, integrando informação adicional sobre criação de valor social e mensuração de impacto - incluindo contributos da Economia Social e Solidária, do *Impact Innovation Fund* e da Fundação Montepio - com base em dados de entidades terceiras e ciclos de reporte posteriores ao fecho do exercício, sendo os pressupostos metodológicos detalhados no Anexo G.

### Referenciais adotados

A abordagem de medição e divulgação adotada articula cinco referenciais internacionais:

- A **Teoria da Mudança** (Theory of Change) constitui o enquadramento conceptual e central da lógica de impacto, estruturando a relação entre os recursos mobilizados, as atividades desenvolvidas e as mudanças de médio e longo prazo associadas à atuação do Banco Montepio, orientando a organização e interpretação dos resultados apresentados.
- Os **padrões IRIS+** (*Impact Reporting and Investment Standards*, GIIN) fornece a taxonomia de indicadores padronizados utilizada para alinhar a medição e o reporte a consistência metodológica e comparabilidade com práticas internacionais de investimento de impacto.
- Os **European Sustainability Reporting Standards** (ESRS), desenvolvidas pela *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) no quadro regulamentar europeu de sustentabilidade, em particular as normas sociais S1, S2, S3 e S4.
- A **Taskforce on Inequality and Social-related Financial Disclosures** (TISFD), da qual o Banco Montepio é o único banco português subscritor, enquadra o reporte de riscos, oportunidades e impactos relacionados com desigualdade e fatores sociais, segundo quatro pilares: *Governance, Strategy, Risk Management e Metrics & Targets*.

- Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11 e 17, considerados relevantes no âmbito da atuação social do Banco Montepio.

### Metodologia e fontes

Os dados apresentados resultam da consolidação de fontes internas do Grupo, complementadas por informação disponibilizada por parceiros e entidades financiadas. Uma parte material desta informação foi já objeto de reporte e de verificação externa no âmbito do Relatório de Sustentabilidade 2025. A organização, sistematização e validação da informação para efeitos do presente relatório foram asseguradas internamente, sob a coordenação do Gabinete de Sustentabilidade. Os indicadores são diferenciados entre *outputs* - resultados imediatos e diretamente mensuráveis da atividade - e *outcomes* - mudanças observadas nos beneficiários, organizações e comunidades associadas a essa atividade. Sempre que relevante, é indicado o nível de evidência disponível para cada resultado, numa escala de três níveis: atividade (o que foi realizado), *output* (o que foi produzido de forma direta e verificável) e *outcome* (o que se alterou na realidade dos beneficiários).

### Limitações e melhoria

A medição de impacto social constitui um processo evolutivo, acompanhando o reforço da integração metodológica, a crescente disponibilidade de evidência e o aumento da maturidade dos processos internos. Neste enquadramento, identificam-se alguns desenvolvimentos, designadamente o aprofundamento da leitura segmentada da adicionalidade, a integração progressiva de mecanismos de acompanhamento a médio prazo e uma abordagem prudente à atribuição de resultados, reconhecendo a natureza multifatorial e sistémica das dinâmicas de mudança social. As prioridades de evolução encontram-se definidas no Plano Diretor de Sustentabilidade 2026, incluindo a consolidação da estratégia de impacto social do Grupo Banco Montepio, o aprofundamento da dupla materialidade na relação com a ESS e o alinhamento progressivo das iniciativas de impacto com a Teoria da Mudança. A sua evolução será acompanhada e divulgada em futuros ciclos de reporte.



## 1. O NOSSO COMPROMISSO SOCIAL

### 1.1. Missão, propósito e valores

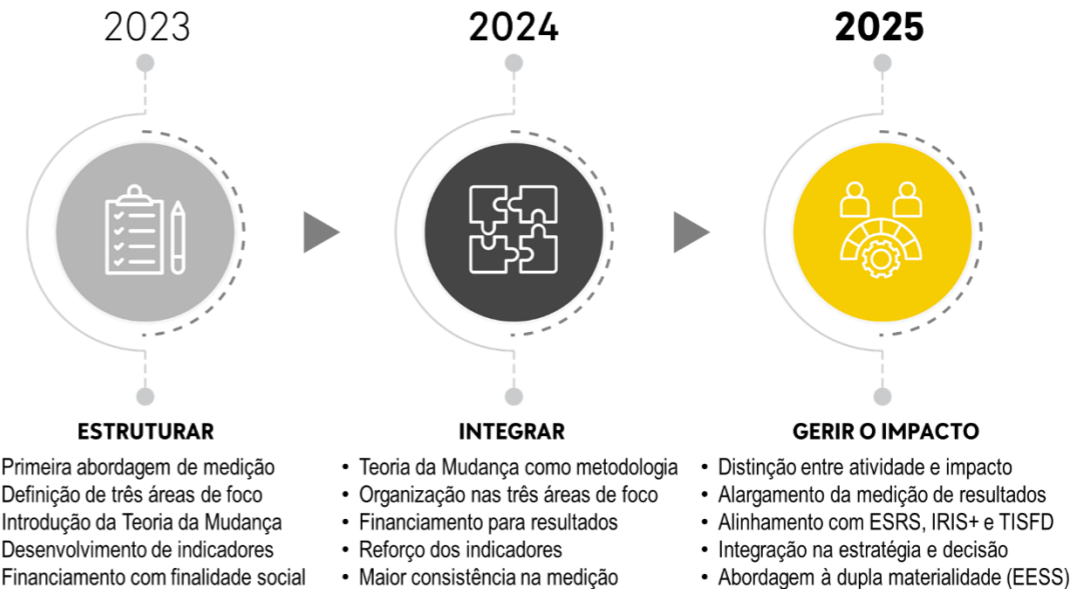
O Banco Montepio não nasceu como os outros bancos. Surgiu em 1844 como expressão de um princípio de proteção mutualista, orientado para prestar apoio aos seus associados, às suas famílias e a quem deles dependia, num contexto marcado pela fragilidade dos estratos intermédios da sociedade, pela vulnerabilidade económica de famílias e pequenos negócios e por um acesso à habitação reservado a poucos, num país ainda sem redes formais de proteção social. Ao longo da sua história, assumiu um papel relevante na construção de formas organizadas de solidariedade económica, no financiamento do acesso à construção e aquisição de habitação, no apoio a agregados familiares e na promoção da inclusão financeira e digital, contribuindo para a estabilidade social e para a coesão das comunidades onde intervém.

O espírito fundador de **criar valor com e para as pessoas** continua a orientar a atuação sobre como definimos prioridades, alocamos capital e avaliamos o desempenho - financeiro e social - perante as pessoas, as famílias e as comunidades que servimos.

Hoje, as condições estruturais assumem novas configurações. O acesso à habitação continua a constituir uma das principais barreiras à estabilidade das famílias; a economia social mantém um papel central na resposta a necessidades básicas, frequentemente enfrentando limitações no acesso ao financiamento; e colocam-se novos desafios associados à digitalização, ao envelhecimento demográfico e à transição climática, com impacto diferenciado em distintos grupos e territórios. É neste enquadramento que a dimensão social assume relevância estratégica, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada à criação de valor. Uma abordagem que encontra expressão na nossa Estratégia Corporativa de Sustentabilidade, que enquadra a atuação numa perspetiva de longo prazo, orientando a integração dos impactos sociais e ambientais na atividade financeira e assegurando a sua articulação com os objetivos económicos, através de quatro pilares complementares:

- **Princípios de Governo** - Assegurar ética, transparência e governação responsável.
- **Planeta** - Contribuir para a transição climática e a proteção dos ecossistemas.
- **Pessoas** - Promover a inclusão financeira, a capacitação e o bem-estar das comunidades.
- **Prosperidade** - Apoiar o desenvolvimento económico sustentável e a criação de valor partilhado.

A criação de valor económico é, neste quadro, indissociável de uma gestão responsável dos impactos sociais e ambientais, entendida como um processo contínuo e progressivo. O presente relatório privilegia o rigor e a autenticidade dos resultados, num percurso que pretendeu estruturar o impacto, integrá-lo na atividade e assegurar uma gestão progressivamente mais orientada para resultados.



### 1.2. Evolução do modelo de impacto

O Banco Montepio tem vindo a aprofundar de forma progressiva a sua perspetiva sobre o impacto social, reforçando a integração desta dimensão na atividade.

Desde a publicação do Relatório de Sustentabilidade 2023, evoluímos para uma análise mais estruturada e orientada para resultados do impacto associado ao financiamento e ao investimento, consolidando gradualmente a forma como medimos e interpretamos a atuação, com o pilar social enquanto dimensão relevante do nosso posicionamento corporativo.

2023	2024	2025
Estruturação inicial	Integração na atividade	Gestão de impacto
Definição de enquadramento	Aplicação nos processos	Estruturação da medição
Primeiros indicadores	Financiamento + resultados	Alargamento da medição

Este percurso refletiu diferentes ciclos de maturidade, evoluindo da estruturação conceptual inicial para a integração operacional dos princípios de impacto e para uma abordagem progressivamente orientada para resultados, no âmbito da qual foram definidos **três eixos estratégicos de atuação** e identificados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os quais o financiamento e o investimento contribuem em termos de criação de valor social.



FINANCIAMENTO  
DA **ECONOMIA**  
**SOCIAL**



ACESSO À  
**HABITAÇÃO** PRÓPRIA  
E PERMANENTE



FINANCIAMENTO  
AO PILAR  
**PESSOAS**

**AGENDA 2030**  
ODS prioritários

**1** **POBREZA**  
**ERADICAÇÃO**  
Meta 1.2  
Meta 1.4

**3** **SÍNDROME**  
**DE DOENÇAS**  
Meta 3.8

**4** **ENERGIA**  
**Limpa**  
Meta 4.4

**10** **INDUSTRIAS**  
**INOVADORAS**  
Meta 10.2

**11** **INDÚSTRIA**  
**INOVADORA**  
Meta 11.1

### 2023 - Estrutura conceptual

Em 2023, teve início o processo de estruturação da medição de impacto social, assente no desenvolvimento do enquadramento conceptual que sustenta a abordagem atualmente adotada – a Teoria da Mudança. Nesta fase, foram definidas as bases de interpretação do impacto associado ao financiamento e ao investimento, bem como as três áreas de foco que passaram a orientar a análise e a leitura estratégica do impacto social. Medir assentou predominantemente em indicadores operacionais, refletindo a fase inicial do modelo e a prioridade atribuída à criação de um enquadramento robusto e comparável, capaz de suportar, de forma progressiva, uma análise mais aprofundada dos resultados e efeitos gerados ao longo do tempo.

### 2024 - Integração e aprofundamento

A Teoria da Mudança consolidou-se como metodologia transversal, permitindo estruturar a análise do impacto nos eixos estratégicos. Foi reforçada a ligação entre financiamento e resultados observados e o conjunto de indicadores foi alargado, contribuindo para uma perceção mais abrangente da criação de valor social associada às atividades desenvolvidas.

### 2025 - Consolidação e orientação para resultados

A abordagem ao impacto passou a evidenciar maior consistência e profundidade, refletida na distinção entre atividade, resultados diretos e impacto, no alargamento da observação de *outcomes* associados às iniciativas financiadas e às parcerias estabelecidas, bem como no alinhamento com referenciais internacionais, designadamente as normas ESRS, a taxonomia

IRIS+ e a *Taskforce on Inequality and Social-related Financial Disclosures* (TISFD) - quadro de referência para a divulgação de impactos e riscos sociais.

Esta evolução apoia-se numa estrutura de proximidade já consolidada, constituída por cinco Departamentos de Acompanhamento da Economia Social, assegurados pela Direção Comercial da Economia Social e Setor Público (DCESSP), e por uma rede de 222 balcões para o acesso ao microcrédito. A presença no território, aliada a conhecimento técnico especializado, garante cobertura nacional no continente e nas regiões autónomas e sustenta uma atuação continuada junto dos diferentes públicos.

### A abordagem metodológica

O enquadramento metodológico adotado orienta a forma como são definidas as iniciativas e avaliados os respetivos resultados, assegurando intencionalidade, integração do impacto nos processos de decisão, utilização de evidência quantitativa e qualitativa e incorporação da aprendizagem ao longo do tempo. De forma transversal, considera o princípio da adicionalidade como referencial orientador, traduzido na alocação de capital a contextos onde persistem limitações no acesso ao financiamento convencional, reconhecendo-se o carácter progressivo e ainda maioritariamente declarativo da sua aplicação, conforme desenvolvido no Capítulo 2 - Como Geramos Impacto.

### 1.3. Posicionamento estratégico

O Banco Montepio ocupa uma posição singular no sistema financeiro português. Com mais de 180 anos de história enraizada no movimento mutualista, combina uma vocação de proximidade com uma abordagem estratégica estruturada para a criação de valor social de longo prazo. Esta orientação reflete-se na forma como a atividade financeira é orientada, avaliada e comunicada, com particular incidência em contextos onde o acesso ao financiamento é mais limitado e a intervenção financeira assume relevância social, designadamente através de:

- Investimento consistente em iniciativas com impacto social mensurável;
- Apoio dedicado às entidades da economia social e solidária, com soluções financeiras ajustadas às suas especificidades;
- Promoção do acesso ao financiamento para habitação própria e permanente, com especial atenção a segmentos com maiores barreiras de acesso;
- Reforço da inclusão e da saúde financeira de pessoas e famílias;
- Integração de critérios ESG nos processos de decisão e de gestão do risco.

A adesão à TISFD insere-se nesta trajetória, reforçando o compromisso com uma abordagem estruturada e transparente à análise das desigualdades e do impacto social, em alinhamento com os demais referenciais internacionais adotados. A credibilidade deste posicionamento assenta, também, na coerência entre os princípios assumidos externamente e as práticas adotadas no plano interno. Em 2025, foi alcançada a paridade de gênero na força de trabalho, 3,7% das nossas pessoas apresentavam um grau de deficiência igual ou superior a 60% e recebemos o Selo da Diversidade e o reconhecimento de “organização inclusiva”.

## 2. COMO GERAMOS IMPACTO

O que orienta a nossa atuação	Como medimos	O que estamos a aprofundar
Integração do impacto social na estratégia e atividade	Teoria da Mudança como enquadramento central	Verificação progressiva da adicionalidade declarada
Alinhamento com referenciais internacionais reconhecidos	Distinção entre atividade, resultados diretos ( <i>outputs</i> ) e mudanças observadas ( <i>outcomes</i> )	Mensuração de <i>outcomes</i> de médio prazo
Foco em contextos de falha de mercado e maior vulnerabilidade social	Indicadores alinhados com referenciais IRIS+ e ESRS	Governança e robustez dos modelos de medição

A geração de impacto social no Banco Montepio assenta na integração deliberada das dimensões sociais na sua atividade financeira, orientando a alocação de capital, o desenvolvimento de produtos e a gestão das relações com clientes e parceiros para a resposta a desafios sociais de natureza estrutural. Esta orientação concretiza-se através do financiamento de organizações, pessoas e projetos com relevância social, em áreas onde a atividade bancária pode contribuir para alterações mensuráveis, designadamente na estabilidade económica, na continuidade de serviços essenciais, na criação de emprego e no reforço da coesão territorial.

O acompanhamento e a avaliação do impacto configuram um processo evolutivo, que se desenvolve em função do reforço da capacidade de recolha de dados, da progressiva consolidação metodológica e da incorporação sistemática da evidência nos mecanismos de decisão. Neste contexto, o relatório estabelece uma distinção clara entre a atividade desenvolvida, os resultados diretos alcançados e as mudanças observadas junto dos beneficiários, reconhecendo diferentes níveis de maturidade e robustez da informação disponível. Este capítulo apresenta o enquadramento da abordagem adotada pelo Banco Montepio na geração de impacto social, bem como os princípios orientadores e os referenciais que sustentam essa atuação.

### 2.1. Medição e gestão do impacto

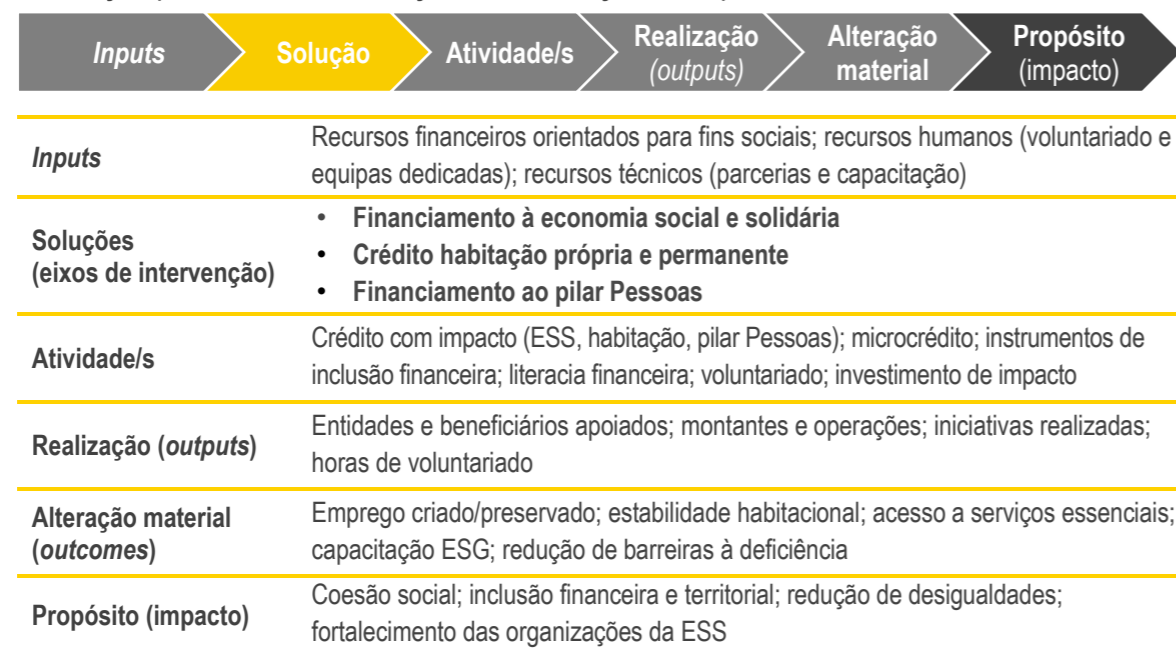
Ao integrar a dimensão social na sua atuação corporativa, o Banco Montepio estrutura as suas decisões de financiamento e o desenvolvimento das suas soluções financeiras em função de desafios sociais prioritários. Esta abordagem operacionaliza-se através da identificação e priorização de intervenções com potencial de impacto social, orientando o apoio financeiro para áreas onde a intervenção bancária se articula com outros agentes e políticas públicas, contribuindo para a sustentabilidade das respostas sociais, o reforço da resiliência económica das famílias, a criação e preservação de emprego e a coesão dos territórios onde operamos. A identificação destes domínios de intervenção assenta numa análise estruturada das causas e efeitos dos problemas sociais a que a atividade do Banco Montepio procura responder, adotando como referência o *Logical Framework Approach* (LFA), utilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) na conceção e avaliação de intervenções com impacto social. Esta metodologia articula, numa primeira fase, a **árvore do problema** (problem tree), permitindo identificar as causas subjacentes ao problema central e as consequências associadas à ausência de resposta, bem como delimitar as dimensões suscetíveis de atuação pela atividade bancária face àquelas que dependem de intervenção complementar por outros parceiros ou atores.



Os diagramas de diagnóstico causal para cada eixo estratégico são apresentados no início das respetivas secções do Capítulo 3 - Onde Geramos Impacto, antecedendo a leitura dos resultados. A análise de diagnóstico assim estruturada precede e reforça a Teoria da Mudança adotada como enquadramento central da gestão e medição do impacto social.

A **Teoria da Mudança** (*Theory of Change*, ToC) constitui o enquadramento de referência para a gestão e medição deste impacto, estruturando a relação entre os recursos mobilizados, as atividades desenvolvidas e as mudanças geradas. A adoção desta metodologia teve em conta a capacidade de tornar explícitos os mecanismos de geração de valor, permitindo compreender a atuação em contextos em que a disponibilidade de informação quantitativa é ainda evolutiva.

A **cadeia de valor social** organiza-se em seis níveis progressivos, desde os recursos mobilizados até ao propósito de longo prazo, e constitui a expressão operacional da Teoria da Mudança aplicada à nossa atuação e mensuração de impacto.



## 2.2.Princípio da adicionalidade

A adicionalidade é utilizada como referencial de leitura da atuação em contextos onde o acesso ao financiamento convencional é mais limitado, as condições de mercado nem sempre

respondem às necessidades dos beneficiários ou a resposta pública se revela insuficiente. A sua afirmação plena pressupõe um nível de evidência que permita sustentar a atribuição dos resultados à intervenção, o que implica processos de acompanhamento e verificação que se encontram ainda em consolidação.

Neste enquadramento, o relatório adota uma leitura diferenciada dos efeitos gerados, distinguindo três níveis de adicionalidade, com graus de evidência crescentes, e posiciona cada dimensão da atuação de acordo com a maturidade da informação disponível:

- **Intenção de adicionalidade.** O princípio informa o desenho dos produtos, os critérios de elegibilidade e a alocação de capital, conforme previsto na estratégia, nas políticas e nas características da oferta.
- **Adicionalidade declarada.** Assente numa leitura qualitativa baseada na singularidade das soluções, no perfil dos beneficiários e nas características estruturais dos segmentos de atuação, abrange a maioria das afirmações e análises relativas à adicionalidade.
- **Adicionalidade verificada.** Pressupõe a quantificação do efeito incremental atribuível à intervenção, através da recolha de dados junto das contrapartes, da comparação com cenários alternativos e do acompanhamento ao longo do tempo, constituindo um objetivo de consolidação a partir de 2026.

A aplicação da adicionalidade articula-se em planos complementares, que permitem enquadrar a atuação em diferentes dimensões:

- **Acesso**, refletido na capacidade de alcançar segmentos com maiores barreiras ao financiamento convencional, incluindo entidades da economia social e solidária com modelos de receita irregulares ou dependentes de financiamento público, jovens e agregados com menor capacidade de acesso ao mercado da habitação, pessoas com deficiência, populações em territórios de densidade abaixo da média e empreendedores em situação de vulnerabilidade económica apoiados pelo microcrédito.
- **Condições**, traduzidas na disponibilização de soluções financeiras ajustadas a perfis e contextos que o mercado convencional tende a excluir ou a servir em condições menos favoráveis, nomeadamente ao nível da avaliação de risco, dos critérios de elegibilidade e das condições de acesso.
- **Território**, expressas na presença e no financiamento em áreas de menor densidade e maior fragilidade económica, contribuindo para a coesão territorial e para a fixação de população e atividade económica em contextos sujeitos a maior risco de desertificação.

A evidência quantitativa associada a cada plano encontra-se em desenvolvimento. Os dados disponíveis em 2025 são apresentados, por área de intervenção, no Capítulo 3 - Onde Geramos Impacto. A leitura sistemática dos efeitos líquidos por produto, incluindo eventuais efeitos secundários sobre as contrapartes, constitui um eixo de aprofundamento metodológico futuro.

### 2.3. Materialidade

No âmbito da nossa atuação junto da Economia Social e Solidária, foi desenvolvido um exercício<sup>1</sup> de análise de materialidade aplicado à relação com as entidades da ESS, que procurou identificar os temas que apresentam simultaneamente relevância de impacto - pelos efeitos da nossa atividade financeira sobre as entidades da ESS e os seus beneficiários - e relevância financeira para o Banco Montepio, confirmando o carácter estratégico desta relação.

Foram identificados quatro domínios acima do limiar de materialidade e duplamente relevantes:



#### ←..... TÓPICOS ACIMA DO LIMIAR DE MATERIALIDADE .....→ ( ≥ 3,5 em ambas as perspetivas )



#### ←..... 100% DUPLAMENTE MATERIAIS .....→

- A **transição climática e resiliência** emerge como domínio em desenvolvimento, onde o reforço da nossa intervenção poderá ocorrer de forma gradual e estruturada, reconhecendo a crescente exposição das organizações da economia social aos riscos climáticos e a necessidade de apoio à adaptação das suas infraestruturas e modelos operacionais.

<sup>1</sup> Complementar ao exercício de dupla materialidade que integra o Relatório de Sustentabilidade 2025.

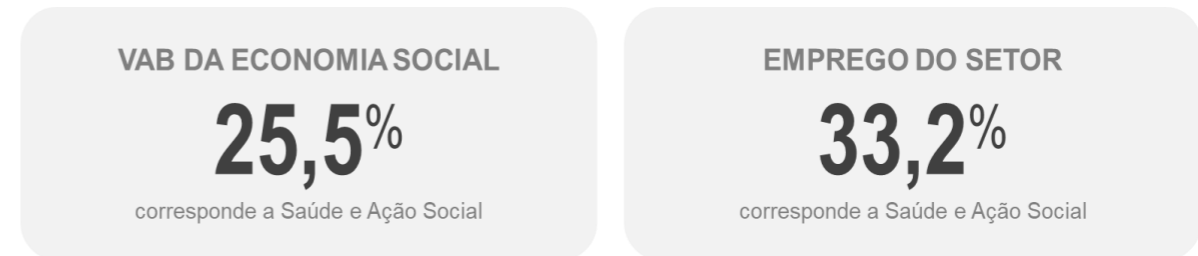
- A **inclusão financeira e estabilidade de tesouraria** confirma a centralidade da nossa oferta junto do setor, refletindo a importância de soluções financeiras que assegurem continuidade operacional e capacidade de resposta das entidades.
- **As condições de trabalho e igualdade de género** evidenciam a relevância dos fatores sociais internos às organizações que financiamos, alinhando-se com os nossos compromissos em matéria de diversidade, equidade e inclusão.
- A governação **ética e a transparência** reforçam a importância atribuída pelas entidades da economia social à qualidade das práticas de gestão, proteção de dados e confiança institucional como condições de sustentabilidade organizacional.

## 3. ONDE GERAMOS IMPACTO

O impacto gerado distribui-se por diferentes áreas de atuação, refletindo opções estratégicas distintas e níveis de evidência diferenciados. Nas secções seguintes, apresentam-se os principais resultados alcançados em cada eixo de intervenção.

### 3.1. Economia Social e Solidária

A economia social e solidária constitui um pilar relevante da coesão e da resiliência em Portugal, representando cerca de 3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e aproximadamente 6% do emprego remunerado. Enquadrado pela Lei n.º 30/2013, este setor assenta em princípios de primazia das pessoas sobre o capital, gestão democrática e solidariedade, integrando mais de 70 000 entidades, entre cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações.



IPSS • Misericórdias • Fundações

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (CASES)

No seu conjunto, estas organizações asseguram respostas de proximidade em áreas como o apoio social, a saúde, a educação e a inclusão, desempenhando um papel crítico na redução de assimetrias territoriais e na resposta a necessidades que não encontram cobertura suficiente por parte do mercado ou do Estado. Dentro deste universo, as entidades com finalidade exclusivamente social, como as IPSS e associações congéneres, assumem particular relevância junto de populações vulneráveis, transformando recursos financeiros em impacto direto no bem-estar das comunidades e na resiliência económico-social.



**Infância e Juventude** ~307 600

57% do total

**População idosa / Adulta** ~230 000

43% do total

**Serviços Sociais • Proximidade territorial • Continuidade**

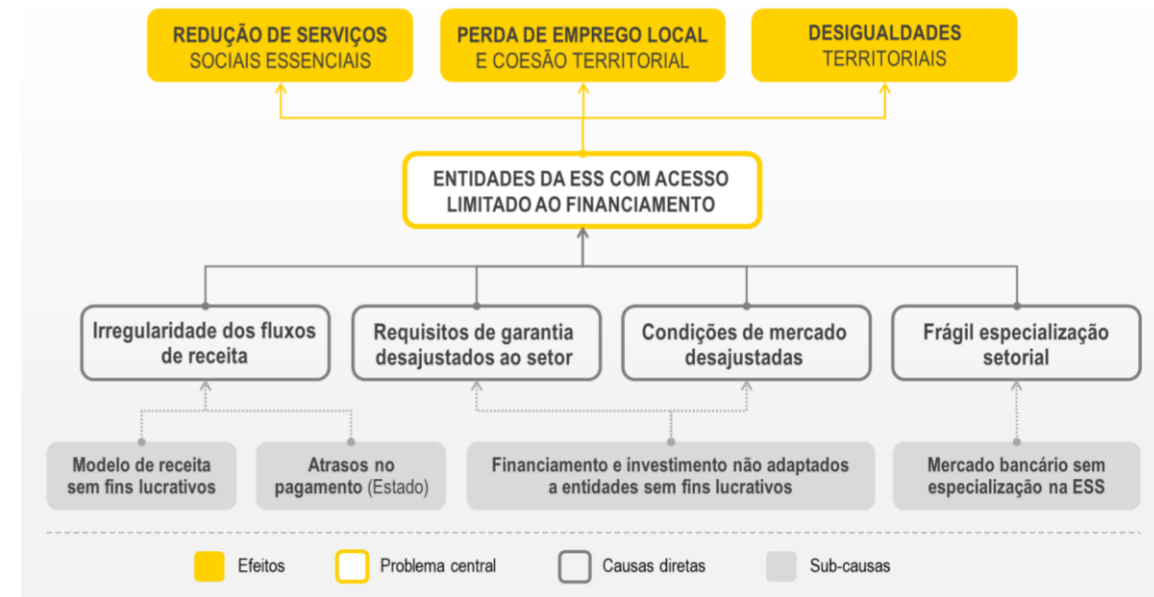
Fonte: Carta Social – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2024)

É neste núcleo da economia social e solidária<sup>2</sup> que se concentra a atuação do Banco Montepio: organizações com elevada intensidade social, capilaridade territorial e constrangimentos estruturais no acesso ao financiamento convencional.

### Eixo 1 - Financiamento à Economia Social e Solidária

A intervenção do Banco Montepio junto da Economia Social e Solidária tem vindo a estruturar, ao longo do tempo, a resposta a estes constrangimentos, assumindo este setor como um pilar estratégico da sua atuação, tendo, para o efeito, uma área comercial exclusivamente dedicada à ESS - através da Direção Comercial da Economia Social e Setor Público (DCESSP).

<sup>2</sup> De acordo com a Conta Satélite da Economia Social (INE/CASES, 2020), o universo da Economia Social em Portugal ascendia a 73 851 entidades. As 3 760 entidades consideradas pelo Banco Montepio correspondem a um subconjunto com finalidade predominantemente social, representando cerca de 28% desse grupo. Os 465 000 beneficiários diretos foram apurados através da



Desta forma, aprofundámos a compreensão dos modelos de funcionamento, ciclos financeiros e perfis de risco das entidades do setor, bem como dos respetivos desafios setoriais e territoriais, traduzindo-se no desenvolvimento de soluções financeiras ajustadas e em relações de longo prazo, orientadas para a criação e acompanhamento de valor social.

### Escala e intervenção

Em 2025, a carteira de crédito às entidades das ESS com finalidade exclusivamente social ascendia a 291 milhões de euros, abrangendo 3 760 entidades, o que corresponde a uma taxa de penetração de 28% no universo nacional de entidades com finalidade social. Este resultado confirma um crescimento consistente ao longo dos três anos de reporte.

INDICADOR	2023	2024	2025	Δ 24-25
<b>Crédito ESS com finalidade social (M€)</b>	51	65	<b>94</b>	+45%
<b>N.º de entidades ESS com relação ativa</b>	3 685	3 734	<b>3 760</b>	+0,7%
<b>Taxa de penetração no universo nacional</b>	27%	28%	<b>28%</b>	=
<b>Contas Acordo criadas em 2025</b>	44	50	<b>35</b>	-

análise de informação de 228 clientes da DCESSP que contrataram cerca de 94M€ de crédito com finalidade exclusivamente social em 2025. A metodologia encontra-se no Anexo F.

Este universo apresenta relevância sistémica pelo papel que desempenha na resposta a necessidades sociais fundamentais, nomeadamente nas áreas da ação social, da saúde, do apoio a pessoas idosas, da deficiência e da inclusão. As organizações da economia social e solidária atuam de forma próxima junto de populações vulneráveis e, em muitos territórios, asseguram a continuidade de serviços essenciais e a manutenção de emprego local. Neste contexto, o envolvimento do Banco Montepio no setor constitui um contributo relevante para a estabilidade do financiamento e para a resposta a necessidades de tesouraria, em realidades onde a proximidade ao terreno e o conhecimento do setor são fatores determinantes. Para efeitos de análise da intervenção desenvolvida, a distinção entre entidades com fins exclusivamente sociais e o restante universo da economia social e solidária constitui a base a partir da qual são lidos, nos quadros seguintes, os níveis de especialização da atuação, a continuidade das respostas e o contributo para a coesão territorial.

#### Posicionamento na Economia social e solidária

DIMENSÃO	ENTIDADES DA ESS COM FINS SOCIAIS	RESTANTE UNIVERSO DA ESS
<b>Impacto social</b>	Direto, imediato e estruturante	Indireto ou setorial
<b>Papel sistémico</b>	Provisão de respostas sociais essenciais	Atividades económicas ou associativas
<b>Acesso ao financiamento</b>	Estruturalmente limitado	Mais diversificado
<b>Adicionalidade declarada</b>	Elevada	Moderada
<b>Alinhamento com a Missão</b>	Estrutural	Variável

Os indicadores de especialização permitem analisar a intervenção para além da dimensão financeira, suportando uma leitura de impacto assente numa abordagem prudente e, em alguns casos, indireta, refletida na manutenção da capacidade operacional das entidades apoiadas e na continuidade das respostas sociais. Esta análise constitui um referencial estruturado, suscetível de aprofundamento progressivo.

#### Escala e especialização no setor<sup>3</sup>

INDICADOR	RESULTADO	RELEVÂNCIA
# entidades da ESS, com finalidade exclusivamente social, apoiadas	<b>228</b>	Especialização estrutural
# entidades da ESS com relação ativa	<b>3 760</b>	Impacto sistémico
# entidades da ESS apoiadas (3–5 anos)	<b>Trajectoria de estabilidade</b>	Compromisso de longo prazo

<sup>3</sup> Conta Satélite da Economia Social (INE/CASES, 2020). O universo da ESS em Portugal ascendia a 73 851 entidades, das quais as 3 760 entidades correspondem a um subconjunto com finalidade apenas social, representando 28% desse grupo.

#### Acesso ao financiamento e adicionalidade

A intervenção junto das entidades da ESS responde a constrangimentos estruturais no acesso ao financiamento, decorrentes da natureza não lucrativa das organizações, da irregularidade dos fluxos de receita e da dependência de financiamento público. É neste enquadramento que se insere a **Conta Acordo**, solução pioneira no mercado português, desenhada para as especificidades da ESS e orientada para apoiar necessidades intermédias de tesouraria, através de um modelo de *pricing* não diferenciado por perfil de risco.

Em 2025, a **Conta Acordo** mobilizou cerca de 1,1 M€ através de 34 novas contas. A IPSS do Rui é uma dessas organizações.

”Sem este apoio, não poderia pagar os salários e 150 famílias ficariam sem ajuda.

Rui, Diretor de IPSS, concelho de Abrantes

DADOS-CHAVE

IPSS - Apoio domiciliário e centro de dia | **Conta Acordo**

125 colaboradores

150 beneficiários | Concelho de baixa densidade

A associação, que o Rui tão bem conhece, representa o que de melhor se faz no Setor Social - reconhecem-no os cerca de 150 utentes que beneficiam dos serviços da sua organização.

Como a maioria das entidades da ESS, esta instituição depende em grande medida de transferências institucionais com calendários que nem sempre se alinham com as necessidades operacionais do dia a dia.

”Os vencimentos dos nossos 125 colaboradores são uma responsabilidade permanente, que procuramos honrar sempre, sem exceção. Contudo, por vezes, o final do mês aproxima-se, os salários têm de ser pagos e as transferências dos Acordos de Cooperação ainda não deram entrada na conta. Já tínhamos vivido situações semelhantes e sabíamos o que fazer: contactar o nosso gestor especializado na Economia Social do Banco Montepio. Ativámos a Conta Acordo e conseguimos pagar a tempo. Fácil. Rápido. E sem complicações. E assim se mantém até hoje. O que distingue o Banco Montepio é que percebem como funcionamos. O nosso ritmo não é o de uma empresa normal. Precisamos de alguém que compreenda isso - e o Banco Montepio compreende.”

Em 2025, a **Linha FEI InvestEU-Social Entrepreneurship** registou uma concessão de financiamento de 64 milhões de euros, abrangendo 202 clientes. Desenvolvida em parceria com o Fundo Europeu de Investimento (FEI), esta solução assenta num mecanismo de partilha de

risco que facilita o financiamento de necessidades de investimento e de tesouraria de microempresas e entidades da economia social, contribuindo para mitigar constrangimentos de acesso ao crédito por parte destas entidades.

INDICADOR	RESULTADO	RELEVÂNCIA
% de entidades ESS com dependência maioritária de receitas públicas	≈65–70%	Financiamento em contextos potencialmente menos atrativos para o mercado convencional
% de entidades da ESS para as quais o BM é o principal parceiro financeiro	28%	BM como parceiro de referência
Antiguidade média da relação com EESS	≈9 anos	Impacto sustentado no tempo

### Continuidade das respostas sociais (*outcomes* indiretos)

O financiamento às entidades da ESS traduz-se na manutenção da sua capacidade operacional e na continuidade das respostas sociais que prestam, que os indicadores seguintes permitem estimar. Esta relação evidencia o papel estruturante do financiamento na estabilidade do setor e na continuidade de respostas sociais com relevância para os beneficiários finais.

INDICADOR	RESULTADO	RELEVÂNCIA
# de entidades ESS apoiadas com financiamento de curto prazo para continuidade operacional	228	Manutenção de respostas sociais
% de entidades ESS que mantêm atividade após apoio financeiro	≈92%	Indicador indireto de impacto social (continuidade de serviços)
Tipologia de respostas sociais apoiadas	Alcance social	Impacto nos beneficiários finais

Em 2025, reforçámos a análise do impacto gerado, com base na informação de 228 clientes, pertencentes à ESS, que contrataram cerca de 94 milhões de euros de crédito. O financiamento apoiou diretamente cerca de **465 000 pessoas**, distribuídas da seguinte forma:

- 20 056 utentes em respostas de infância
- 16 027 utentes em respostas para idosos
- 5 039 pessoas com deficiência

<sup>4</sup> Estimativas agregadas de base estatística, sustentadas na Conta Satélite da Economia Social (INE/CASES) e no Relatório Único (GEP/MTSSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), em alinhamento com as diretrizes do United Nations Development Programme (UNDP) para a territorialização dos ODS 5 e 8. O referencial territorial

- 322 270 utentes em serviços de saúde
- 101 649 beneficiários em programas comunitários

### Coesão territorial e economia local

A distribuição geográfica da carteira dedicada à economia social e solidária sublinha a importância da presença em territórios de menor densidade, onde estas organizações assumem uma função relevante na provisão de serviços essenciais e na dinamização da economia local.

INDICADOR	RESULTADO <sup>4</sup>	RELEVÂNCIA
% estimada de entidades ESS financiadas em territórios de baixa densidade	≈43%	Coesão e fixação de populações
# de concelhos de baixa densidade cobertos pelo setor da ESS	165	Concelhos de baixa densidade com financiamento protocolado (≈22% do total)
% de emprego formal garantido pelas entidades da ESS nos concelhos de baixa densidade	≈30%	Resiliência económica e social

Estes indicadores permitem associar a atividade de financiamento do Banco Montepio no setor da economia social e solidária à continuidade das respostas sociais em territórios de baixa densidade, enquanto contributo para a resiliência económica e social e para a coesão territorial.

A Taxa de Absorção de Emprego Local (TAEL), situada em torno de 30% (face à média nacional de 6,1%), e o peso elevado do emprego feminino no setor, próximo de 70% e atingindo cerca de 80% nas entidades com prestação direta de respostas sociais, evidenciam uma associação consistente entre a atividade apoiada e a capacidade de manutenção dessas respostas, no contexto do apoio a cerca de 465 000 utentes.

Em complemento à análise anterior, a análise geográfica apresenta uma leitura diferenciada da distribuição dos beneficiários finais, refletindo as características demográficas e socioeconómicas de cada região, destacando-se:

- **Porto** - maior número de utentes em infância (4 803) e idosos (3 415);
- **Braga** - maior número de utentes com deficiência (1 865);
- **Lisboa** - maior número de utentes em saúde (113 876) e comunidade (38 583).

considera os 165 concelhos de baixa densidade (Deliberação n.º 31/2023/PL, Portugal 2030). Os indicadores incluem majorações dos fundos europeus estruturais (≈43%), a taxa de absorção regional de instrumentos reembolsáveis (≈22%) e a Taxa de Absorção de Emprego Local (≈30%, face à média nacional de 6,1%).

### Capacitação e parcerias institucionais

A relação com a economia social e solidária estende-se, complementarmente, à capacitação e ao desenvolvimento de competências das entidades apoiadas. Em 2025, o Banco Montepio reforçou esta orientação através de iniciativas orientadas para o fortalecimento das suas capacidades, entre as quais se destacam:

- **VOICE Leadership Initiative** (Nova SBE), programa de formação executiva vocacionado para o desenvolvimento de lideranças e mentoria, dirigido a PME e entidades da economia social e solidária, com financiamento da participação de cerca de 90 organizações clientes do Banco Montepio.
- **Get2Zero PME** é uma plataforma de cálculo da pegada de carbono, disponibilizada para apoiar a transição climática das entidades financiadas.

A articulação institucional com o setor da ESS é assegurada através de **24 protocolos nacionais e locais** com entidades como a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), a Fenacerci, a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e as sociedades de garantia mútua (Norgarante, Garval, Lisgarante, Agrogarante).

### 3.2. Habitação própria e permanente

#### Enquadramento estrutural

O acesso à habitação representa um dos principais constrangimentos à estabilidade económica e à mobilidade social em Portugal.



O aumento dos preços - o terceiro mais elevado da União Europeia entre 2010 e 2025 - e a pressão sobre o mercado de arrendamento, têm limitado o acesso a soluções habitacionais estáveis, com impactos diretos no percurso de vida das pessoas e na previsibilidade financeira

dos agregados familiares Este contexto tem contribuído igualmente para o adiamento da emancipação residencial - cerca de 50% dos jovens entre os 20 e os 27 anos residem em casa dos pais - e para o agravamento das desigualdades territoriais, reforçando o papel do crédito à habitação na estabilidade residencial, no projeto de vida das famílias e na dinâmica demográfica de médio e longo prazo.



Os seus efeitos manifestam-se de forma desigual, sendo mais acentuados em determinados segmentos da população, onde se verificam constrangimentos acrescidos no acesso a condições habitacionais estáveis, nomeadamente:

- **Jovens em início de vida ativa**, sujeitos a preços elevados, capitais próprios exigentes e rendimentos iniciais mais baixos;
- **Agregados com menores rendimentos**, mais expostos ao esforço financeiro excessivo;
- **Famílias residentes em territórios de densidade abaixo da média**, onde a oferta habitacional e o acesso ao crédito são mais limitados;
- **Pessoas com deficiência**, que enfrentam desafios adicionais no acesso a soluções habitacionais adequadas.

O financiamento à habitação própria e permanente é um dos pilares centrais da missão social.

### Continuidade e foco nos grupos com maiores barreiras

A atuação neste domínio insere-se numa trajetória histórica em que o Banco Montepio assumiu um papel ativo na promoção do acesso à habitação própria, nomeadamente através de soluções associadas ao movimento cooperativo. Um posicionamento que continua a informar a nossa atuação, hoje ajustada a um enquadramento económico, regulatório e social distinto, marcado por maiores exigências de sustentabilidade financeira, gestão do risco e adequação das soluções às circunstâncias dos clientes. Em 2025, alargámos o critério etário para jovens de 30 para 35 anos, refletindo o adiamento da emancipação residencial em Portugal e a persistência do acesso à primeira habitação como um dos principais desafios das gerações.

#### 3.2.1. Escala da intervenção em 2025

O financiamento dirigido a segmentos prioritários ascendeu a 830 milhões de euros, abrangendo 4 958 agregados familiares, distribuídos da seguinte forma:

SEGMENTO	MONTANTE (€)	AGREGADOS (#)
Jovens < 35 anos	696,2 M€	3 606
Agregados com rendimento abaixo da média nacional	91,9 M€	1 001
Territórios de densidade populacional abaixo da média	170,2 M€	1 337
Pessoas com deficiência (crédito bonificado)	19,6 M€	186

A intervenção traduz-se nas seguintes mudanças observadas junto dos beneficiários:

OUTCOME OBSERVADO	INDICADOR UTILIZADO	LEITURA
Estabilidade habitacional	Continuidade do crédito à habitação	Fixação residencial
Previsibilidade financeira	Esforço financeiro controlado	Redução de risco no médio prazo
Autonomia residencial	Acesso à primeira habitação	Planeamento familiar e emancipação

### Impacto na sociedade

A estabilidade habitacional gera efeitos que se estendem para além do agregado familiar - na coesão das comunidades, na fixação de população em territórios de menor densidade e na redução de vulnerabilidades económicas. Sendo uma realidade partilhada a nível europeu, o Banco Montepio acompanha estas tendências no quadro da sua integração no *European Savings and Retail Banking Group* (ESBG).

### Habitação própria

O Banco Montepio financiou a aquisição de habitação própria e permanente por 3 606 jovens

até aos 35 anos, num total de 696,2 milhões de euros - com isenção de comissões iniciais e benefício de garantia do Estado. A Júlia e o Vasco representam esse universo de novos clientes.

## ” Aos 32 anos, finalmente temos uma casa nossa.

Júlia e Vasco, 32 e 31 anos, distrito de Lisboa

DADOS-CHAVE

Crédito Habitação Jovens ≤35 anos | Garantia do Estado

Primeiro imóvel - habitação própria e permanente

Emancipação residencial; estabilidade financeira familiar

Júlia e Vasco viviam em casa dos pais de Júlia há dois anos. Ambos trabalham - ela em contabilidade, ele em sistemas de informação - mas os preços do mercado imobiliário na região de Lisboa tornavam a compra de casa um objetivo que parecia fora do seu alcance.

”Não foi fácil perceber por onde começar. No Banco Montepio explicaram-nos tudo com calma e beneficiámos da isenção de

comissões iniciais e da garantia do Estado para jovens. Isso fez uma diferença enorme na entrada e deu-nos confiança para avançarmos.”

Com um crédito habitação para jovens até 35 anos, o casal comprou um apartamento T2 em Odivelas. A prestação mensal está dentro do esforço financeiro que tinham planeado, e a estabilidade habitacional permitiu-lhes avançar com outros projetos de vida.

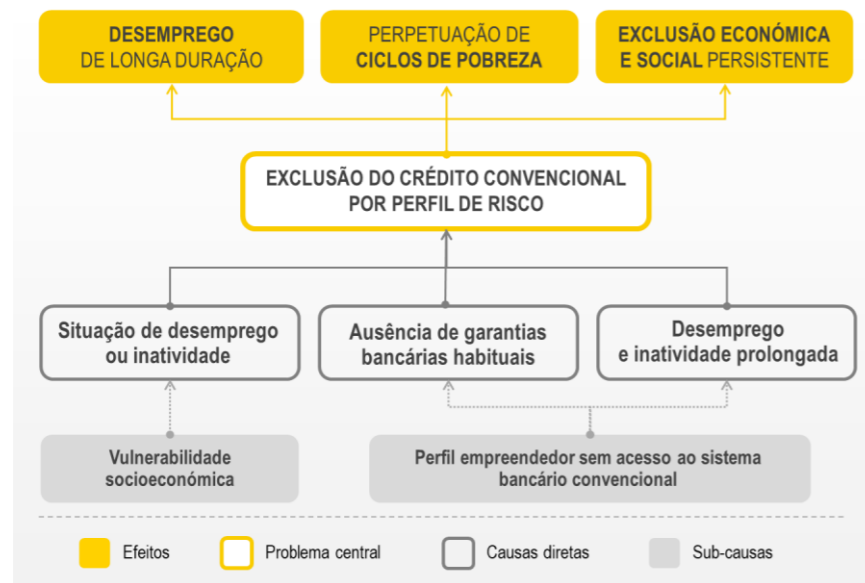
”Parece simples, mas ter uma casa própria muda tudo. Deixas de viver provisoriamente e comesças a construir um futuro a sério.”

### 3.3. Pilar Pessoas e Inclusão Financeira

A intervenção no Pilar Pessoas constitui um dos três eixos da abordagem à inclusão financeira - a par da Economia Social e Solidária e da Habitação Própria e Permanente - focando-se no acesso a soluções de financiamento adequadas, na diferenciação face ao mercado e na promoção de maior estabilidade económica e autonomia, sobretudo em territórios marcados por maior pressão nos custos de habitação e condições de acesso a soluções residenciais estáveis.

A inclusão financeira assume-se, assim, como uma dimensão central da atuação social do Banco Montepio, concretizada através de soluções orientadas para necessidades essenciais, como a geração de rendimento, a criação de emprego (incluindo o próprio emprego) a educação e a saúde. A sua análise integra o acesso ao financiamento com os seus efeitos económicos e sociais, permitindo evidenciar, de forma clara, as relações entre condições de acesso, utilização dos recursos e impactos gerados nos beneficiários. O microcrédito, em particular, assume-se como um instrumento concreto de operacionalização da inclusão financeira, orientado para a

mitigação de barreiras de acesso ao financiamento por parte de segmentos mais vulneráveis.



Ao viabilizar o desenvolvimento de iniciativas geradoras de rendimento e promover a autonomia económica dos beneficiários, o microcrédito traduz, de forma tangível, as relações causais anteriormente evidenciadas, materializando impactos positivos ao nível económico, organizacional e social.

### Microcrédito

O microcrédito - através do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Empresa (LAECPE) - constitui um dos produtos de maior impacto social direto neste pilar, pela natureza dos beneficiários que apoia e pelos efeitos de criação de rendimento e autonomia económica que gera. Em 2025, através da LAECPE concedemos 2,67 milhões de euros em 133 operações, criando 185 postos de trabalho, refletindo um crescimento de 32% face a 2024.

O caso do Manuel é um desses 185 exemplos de sucesso.

**” Criei o meu próprio emprego quando já não acreditava que seria possível.**

*Manuel, Empreendedor, 47 anos, distrito de Setúbal.*

#### DADOS-CHAVE

10 750€ | IEFP + Norgarante | 2 postos de trabalho criados

Hoje, empresário em nome individual

O Manuel passou quatro anos à procura de trabalho depois de a empresa onde trabalhava há mais de doze anos ter encerrado. Com experiência e qualificação profissional em serralharia industrial, mas com mais de 45 anos e sem alternativas no mercado de emprego local, descobriu a Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego através do centro de emprego da área de residência.

*“Quando me disseram que havia uma linha de microcrédito para criar o meu próprio negócio, não acreditei muito. Tinha tentado outras portas e ouvia sempre o mesmo: sem rendimento fixo, sem garantias, não era possível. Desta vez foi diferente. No Banco Montepio analisaram o meu projeto, perceberam o que eu sabia fazer. Hoje tenho a minha oficina; agora somos dois e trabalho que não falta.”*

Com um empréstimo de 10 750€ através da LAECPE - em parceria com o IEFP e a Norgarante, o Manuel constituiu uma microempresa de manutenção industrial e serralharia. No primeiro ano, assegurou contratos com três empresas locais e criou um posto de trabalho adicional para um antigo colega também em situação de desemprego.

*“Tenho o meu negócio, tenho trabalho e voltei a ter uma rotina. Parece pouco, mas para quem passou quatro anos assim, é tudo.”*

O desempenho do Banco Montepio evidencia uma forte capilaridade territorial, com cerca de 75% das operações de microcrédito realizadas fora dos distritos de Lisboa e Porto, reforçando a proximidade a contextos onde as alternativas de financiamento podem ser mais limitadas.

### Criação de emprego

Para além do financiamento através do programa LAECPE, o Banco Montepio mobiliza também outras linhas estruturadas de apoio à criação do próprio emprego, em parceria com a Sociedade de Garantia Mútua e o Banco Português de Fomento - designadamente a linha Invest+, dirigida a projetos de empreendedorismo de maior dimensão.

Nestas operações, o que faz a diferença é a forma como a instituição financeira se relaciona com o empreendedor: o atendimento de um banco de proximidade, disponível para ouvir, com presença consolidada na economia social e conhecedor dos desafios reais de criar o próprio emprego, sustenta uma análise atenta à substância do projeto, à trajetória de quem o apresenta e às condições de viabilidade e sustentabilidade do próprio projeto, numa perspetiva que considera o seu potencial de geração de rendimento e consolidação a médio prazo.

Este acompanhamento permite uma melhor compreensão do contexto individual, valorizando não apenas os indicadores financeiros imediatos, mas também a consistência do modelo e a sustentabilidade do percurso profissional. A leitura de impacto nestes apoios é, por natureza, de longo prazo: aferir se, ao longo do tempo, o projeto se mantém, gera rendimento e se afirma como referência no seu setor.

## ”Tinha o projeto pronto, mas não encontrava banco. Foi o Banco Montepio que acreditou.

Marta, Empreendedora, 45 anos, distrito do Porto.

DADOS-CHAVE

33 000€ | Invest | Pára!Bento, Vila do Conde

Loja / Garrafeira do Ano 2025 – Revista de Vinhos

Centro de Emprego da Póvoa de Varzim e com um investimento previsto de cerca de 33 000 €, procurou financiamento para concretizar o projeto. O Banco Montepio identificou a linha Invest+ - protocolada entre a Sociedade de Garantia Mútua e o Banco Português de Fomento (BPF) - como o instrumento adequado ao perfil e à dimensão do investimento, e mobilizou a operação. Hoje, o Pára!Bento é uma referência no setor e foi distinguido pela Revista de Vinhos.

”Quando fiquei desempregada, depois de 17 anos na área dos vinhos, sabia exatamente o que queria fazer. Tinha o projeto, tinha a experiência e tinha a marca pensada. Mas precisava de financiamento – e procurava um banco que tentasse perceber o que eu estava a propor. Lembrei-me do Banco Montepio porque é uma instituição com matriz social. Foi outra forma de atendimento; analisaram o projeto em detalhe, valorizaram a minha experiência, e mobilizaram a linha de apoio certa. Quatro anos depois, o Pára!Bento existe e foi eleito Loja/Garrafeira do Ano 2025 pela Revista de Vinhos.”

”A quem está a começar, digo sempre: o projeto tem de ser bom, mas é preciso encontrar quem se sente do outro lado da mesa para ouvir, compreender, e construir contigo o caminho.”

### Financiamento a necessidades essenciais

O apoio financeiro a necessidades essenciais de saúde e educação responde a contextos diferentes dos abrangidos pelo microcrédito, incidindo sobre momentos do percurso de vida em

Esta é a história da Marta, conosco.

Em junho de 2022, Marta ficou desempregada após uma carreira no setor vitivinícola, como enóloga e diretora comercial. Licenciada em Agronomia, decidiu criar o seu próprio posto de trabalho e abrir em Vila do Conde um espaço de comércio especializado de vinhos e produtos alimentares de origem familiar - marcas nacionais e internacionais menos acessíveis na grande distribuição. Inscrita no

que a continuidade de cuidados de saúde ou de percursos educativos requer soluções adequadas ao perfil e às circunstâncias de cada pessoa ou agregado familiar. Este apoio é assegurado através da disponibilização de produtos e serviços financeiros adaptados a diferentes perfis e fases de vida, incluindo soluções específicas para pessoas com deficiência, contribuindo para mitigar riscos de exclusão associados a despesas essenciais de carácter inadiável. O diagrama seguinte demonstra que a vulnerabilidade socioeconómica, associada a encargos de educação e saúde sem adequada comparticipação, limita a capacidade de resposta a despesas essenciais. Este constrangimento traduz-se na interrupção de percursos educativos, na deterioração das condições de saúde e na redução da autonomia económica, agravando dinâmicas de exclusão social.



Neste contexto, o Banco Montepio disponibiliza um conjunto de soluções orientadas para responder a estas necessidades, promovendo o acesso a serviços financeiros inclusivos e ajustados aos diferentes perfis de clientes.

PRODUTO/SERVIÇO	CLIENTES
Cartão de débito adaptado (deficiência visual)	380 276
Conta Especial Jovem (até 30 anos)	4 523
Conta Cresce (até aos 17 anos)	3 532
Soluções de poupança para jovens	5 179
Programa de Arredondamento	954

## Acesso ao financiamento essencial

INDICADOR	RESULTADO	RELEVÂNCIA
Financiamento microcrédito (M€)	2,67	Geração de rendimento
# de operações de microcrédito	133	Empreendedorismo em vulnerabilidade
Financiamento saúde (M€)	0,98	Acesso a cuidados essenciais
Financiamento educação (M€)	0,48	Continuidade de percursos educativos
<i>Impact Innovation Fund</i> - investimento âncora (M€)	1,50	Inovação social e impacto sistémico

Os resultados refletem a orientação do financiamento para necessidades essenciais, com destaque para a geração de rendimento - microcrédito, o acesso a cuidados de saúde e a continuidade de percursos educativos, bem como para iniciativas de inovação social com impacto alargado – *Impact Innovation Fund* (IIF).

### 3.4. Investimento de impacto - *Impact Innovation Fund*

O Banco Montepio é investidor âncora do *Impact Innovation Fund* (IIF), um fundo de *venture capital* de impacto, classificado como fundo do artigo 9.º do Regulamento *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR) e gerido pela sociedade de capital de risco 3xP Global, que atua no ecossistema ibérico de empresas com modelos de negócio orientados para a mudança social e ambiental sistémica.

Com um investimento de 1,5 milhões de euros, a participação no Fundo proporciona exposição a uma carteira diversificada de empresas em fase de *scale-up*, num modelo que combina o investimento de capital com acompanhamento estratégico, mentoria e *capacity building*, adotando uma abordagem integrada e de natureza catalítica. O IIF distingue-se ainda por ser o primeiro fundo de impacto da Península Ibérica estruturado e gerido por uma equipa exclusivamente feminina. A estratégia de impacto do fundo encontra-se alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, 4, 8, 11, 12 e 13, destacando-se a convergência com os ODS 3, 4 e 11, que o Banco Montepio privilegia na sua atividade, reforçando a complementaridade estratégica desta participação com as prioridades da sua atuação social.

Em 2025, o IIF contava com sete participadas no final do exercício (uma das quais resultante da fusão da La Bolsa Social na Goparity, ao longo do ano), totalizando 9,87 milhões de euros mobilizados junto da economia real. A composição da carteira reflete um ciclo de investimento

intenso no segundo semestre: cinco das sete participadas foram investidas entre julho e novembro de 2025.

A leitura do impacto associado ao *Impact Innovation Fund* respeita uma lógica de **contributo atribuível por equity stake**: os efeitos das empresas participadas são apresentados de forma integral (atividade total das participadas) e ponderados pela quota detida pelo fundo (parcela atribuível à intervenção do IIF e, por inerência, ao Banco Montepio enquanto investidor âncora). Esta dupla leitura, de natureza metodologicamente prudente, permite distinguir entre o universo de impacto associado ao investimento e a parcela formalmente imputável. Os indicadores ponderados por *equity stake* são apresentados de forma complementar aos indicadores relativos à atividade do Banco Montepio e não integram o Relatório de Sustentabilidade 2025, em conformidade com a abordagem CSRD/ESRS.

INDICADOR	2024	2025	ATRIBUIÇÃO
Investimento âncora do Banco Montepio (M€)	1,5	1,5	Direta
Capital mobilizado pelo fundo nas participadas (M€)	—	9,87	Indireta
Postos de trabalho criados - integral da carteira (#)	72	132	Indireta
Postos de trabalho criados - ponderado pela quota do fundo (#)	n.d.	≈18	Indireta
Beneficiários indiretos - integral da carteira (#)	182 237	96 058	Indireta
Beneficiários indiretos - ponderado pela quota do fundo (n#)	n.d.	≈9 137	Indireta

Nota: As variações observadas nos indicadores entre anos refletem a evolução da carteira do fundo e a composição das empresas participadas, não correspondendo a alterações no volume de investimento.

### Adicionalidade face ao mercado

A intenção de adicionalidade decorre da orientação para atuar em contextos onde o acesso ao crédito convencional é estruturalmente limitado, nomeadamente em função do perfil de risco, da ausência de garantias ou de constrangimentos no acesso ao sistema financeiro. Neste enquadramento, o programa LAECPE dirige-se a pessoas em situação de desemprego ou inatividade, disponibilizando financiamento em condições ajustadas às suas circunstâncias.

A verificação empírica desta adicionalidade, nomeadamente através do acompanhamento longitudinal dos beneficiários aos 24 meses e da análise da sustentabilidade dos negócios apoiados, será divulgada em próximos ciclos de reporte. Não obstante, o testemunho apresentado em “Criação de emprego” ilustra empiricamente a continuidade dos projetos apoiados para além deste horizonte, evidenciando o potencial de sustentabilidade no tempo.

### Estabilidade económica e autonomia

Nesta dimensão, destaca-se o contributo do microcrédito para a criação e manutenção de rendimento, complementado pelo financiamento em saúde e educação enquanto suporte à estabilidade económica e autonomia dos beneficiários.

INDICADOR	RESULTADO	RELEVÂNCIA
Postos de trabalho criados	185 (133 operações)	<b>Criação e manutenção de rendimento</b>
Investimento por posto de trabalho criado	16 334 €	<b>Eficiência e adicionalidade</b>

### Coesão social e territorial

O contributo para a coesão social e territorial evidencia-se na presença em territórios fora das áreas metropolitanas e de menor densidade, onde a criação de emprego assume um efeito particularmente estruturante para as comunidades locais. O microcrédito é, no âmbito do Pilar Pessoas, o instrumento com maior potencial de impacto social e territorial. Em Portugal, cerca de 50% das operações de microcrédito concentram-se nos distritos de Lisboa e do Porto (CASES). A atuação através da LAECPE procura contrariar esta tendência, assegurando presença em concelhos de baixa densidade e fora das áreas metropolitanas, onde a criação de um posto de trabalho tem um impacto relativamente mais significativo à escala local.

INDICADOR	RESULTADO	REF.º MERCADO	RELEVÂNCIA
% operações microcrédito fora dos distritos de Lisboa e Porto	~40%	~50% (CASES, dados históricos)	<b>Descentralização</b>
% operações microcrédito em territórios de baixa densidade	-	Sub-representados face ao litoral (CASES)	<b>Inclusão financeira territorial</b>
# concelhos cobertos pelo microcrédito	~82	165 concelhos elegíveis	<b>Capilaridade territorial</b>

Nota: A distribuição geográfica do crédito em Portugal concentra-se historicamente nos distritos de Lisboa (~39%) e Porto (~11%), com os restantes ~50% distribuídos pelo país (CASES).

### 3.5. Comunidades e relacionamento local

A atuação junto das comunidades concretiza-se através de iniciativas de proximidade, parcerias estruturantes e programas de capacitação, orientados para reforçar o desenvolvimento sustentável e a inclusão nos territórios de presença.

#### Parcerias estratégicas

Em 2025, a parceria com entidades de referência permitiu orientar a resposta a desafios sociais concretos e o reforço da capacidade de impacto junto de populações e territórios específicos.

ENTIDADE	ÂMBITO DE COOPERAÇÃO
<b>Associação EPIS</b>	Combate ao insucesso e abandono escolar. 10 129 crianças e jovens acompanhados em 252 escolas no ano letivo 2024/25.
<b>Junior Achievement Portugal (JAP)</b>	Voluntariado corporativo e capacitação de jovens. Programa Braço Direito com experiência profissional imersiva, reforçando competências e a proximidade ao contexto real de trabalho.
<b>Biovilla</b>	Projeto Agrofloresta Banco Montepio no Parque Natural da Arrábida, promovendo regeneração ecológica, social e comunitária.
<b>Associação ZERO</b>	Reflorestação do Pinhal de Leiria (80 hectares) após incêndios de 2017.
<b>ColorADD.Social</b>	Programa ColorADD nas Escolas - Região Centro, com 19 000€ investidos, 548 crianças envolvidas e 486 rastreios de daltonismo realizados.

### Educação, inclusão e literacia financeira

O apoio à educação é assegurado com parcerias e programas de longa data, nomeadamente:

- **EPIS-Empresários pela Inclusão Social.** A inclusão educativa permanece um desafio estrutural em Portugal: mais de metade dos alunos com origem imigrante afirma ter sentido discriminação na escola, sendo esta proporção de 70,6% entre os de primeira geração (EPIS/CICS.NOVA, 2026).

Com um investimento de 18,9 mil euros, em 2025 foram acompanhadas 10 129 crianças e jovens em 252 escolas – 1 428 no pré-escolar, 6.358 no 1.º ciclo e 2 343 nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário. Para os alunos acompanhados há mais de um ano, registou-se um acréscimo de 3,3 pontos percentuais no sucesso escolar e de 10,3 pontos percentuais na qualidade deste sucesso alcançado. Foi também criada a Categoria Banco Montepio no ensino superior, com atribuição de seis bolsas a estudantes com elevado potencial académico e vulnerabilidade socioeconómica.

- **Junior Achievement Portugal (JAP).** Ao longo de 19 anos de parceria, o Banco Montepio e a JAP impactaram 13 360 jovens através de mais de 5 600 horas de voluntariado, envolvendo 548 colaboradores. Em 2025, destacou-se o programa *Braço Direito*, que proporcionou a três alunos do 11.º ano uma experiência profissional imersiva em áreas bancárias - atendimento ao cliente em balcão, acompanhamento comercial a empresas e suporte operacional central - contactando com diferentes realidades profissionais e ampliando a sua compreensão sobre o setor financeiro. Em 2025, a JAP foi distinguida com o *TJ Bata Quality Award*, sendo reconhecida como a organização com melhor

desempenho em toda a rede europeia da *Junior Achievement Europe*, numa cerimónia realizada em Bruxelas. A *Junior Achievement Worldwide*, congénere internacional, foi nomeada para o Prémio Nobel da Paz pelo 4.º ano consecutivo.

- **Prémio de Mérito por Excelência Escolar.** Criado em 2022, reconhece o desempenho académico de estudantes familiares das pessoas que integram o Banco Montepio, abrangendo o ensino básico, secundário e superior, com prémios entre 250€ e 1 000€.

#### Voluntariado corporativo

O programa de voluntariado mobilizou 103 colaboradores em 13 iniciativas, que dedicaram 720 horas a atividades de apoio comunitário, num investimento monetizado de 18 577€. As iniciativas abrangem diferentes territórios e comunidades:

- **Baixa-Chiado, Lisboa** - parceria com a Associação Mais Proximidade para limpeza de habitações em situação crítica.
- **Mouraria-Graça, Lisboa** - parceria com Florestas na Cidade para apoio ao desenvolvimento da Agrofloresta da Escola Gil Vicente.
- **Bairro da Liberdade e Serafina, Lisboa** - parceria com ADM Estrela para valorização de espaços comunitários.
- **Moreira de Cónegos** - voluntariado de competências com sessões de literacia financeira para jovens jogadores do Moreirense FC.
- **Rio Tinto** - ação de voluntariado na Comunidade de Rio Tinto em parceria com o Centro Social do Soutelo.

#### Cultura e iniciativas comunitárias

O **Cartão de Crédito Vida** gerou em 2025 donativos de 12 303 euros à Fundação Montepio através das suas utilizações, beneficiando quatro organizações sociais: Associação Pão a Pão, Associação Mais Proximidade Melhor Vida, Centro Social e Cultural de Carregado e Sociedade Recreativa e Musical de Pedreira.

A **8.ª Semana da Saúde e do Bem-Estar**, realizada entre 13 e 17 de outubro de 2025, envolveu colaboradores e respetivas famílias em atividades de promoção do bem-estar, incluindo uma ação de voluntariado na Comunidade de Rio Tinto em parceria com o Centro Social do Soutelo.

---

<sup>5</sup> Linha de orientação estratégica (LOE).

### 3.6.Fundação Montepio

A Fundação Montepio, entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos integrada no Grupo Montepio, desenvolve uma atuação de natureza filantrópica, orientada para a promoção do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade social, economia social e inclusão. Atua em articulação com as restantes entidades do Grupo, incluindo o Banco Montepio.

Em 2025, a contribuição total do Banco Montepio para a Fundação foi de 162 303€ (donativo de 150 000€ no âmbito da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio e 12 303€ no âmbito do Cartão +Vida do Banco Montepio), o que representou 18,47% do total de doações concedidas à Fundação Montepio (878 699€). A Fundação Montepio apoiou 35 projetos/instituições, a que correspondeu a um valor global concedido de 767 848€.

#### Programas da Fundação Montepio

##### LOE<sup>5</sup> 1 Promover respostas económicas, sociais e ambientais, inovadoras e sustentáveis

- **Frota Solidária Montepio.** O programa Frota Solidária é um dos principais instrumentos de intervenção social da Fundação Montepio, promovendo a mobilidade e a capacitação operacional de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em todo o território nacional. A iniciativa assegura a atribuição de viaturas adaptadas, reforçando o acesso a cuidados, a qualidade dos serviços prestados e a inclusão social de pessoas com deficiência, crianças, jovens, pessoas idosas e cidadãos em situação de vulnerabilidade. Assenta, ainda, num modelo de parceria que envolve contribuintes (consignação fiscal), a seguradora Lusitania e IPSS beneficiárias, estando alinhado com o ODS 10 e com a estratégia ambiental do Grupo Montepio, através da atribuição exclusiva de viaturas híbridas ou elétricas.

Em 2025 realizou-se a 18.ª edição, com um investimento de 665 430,72€, destinado à aquisição, adaptação e atribuição de 12 viaturas. Desde o início do programa, em 2008, foram atribuídas 292 viaturas adaptadas a IPSS do continente e regiões autónomas.

- **Prémio Voluntariado Jovem Montepio.** Em 2025 foi concluída a 14.ª edição do Prémio Voluntariado Jovem Montepio, que distinguiu *ex aequo* os projetos “O Amor é simples, não compliques!” (Associação Supera-te) e “Nós e Eles: Um Só Mundo” (Associação Juvenil *Transformers*), entre 12 projetos candidatos apresentados por organizações da economia social. A avaliação foi realizada por um júri maioritariamente externo.

## Outros projetos apoiados em parceria

Entre 2024 e 2025, a Fundação apoiou um conjunto diversificado de iniciativas que abrangeram:

- **Deficiência e inclusão** (ODS 10 - Redução das Desigualdades). Apoio a projetos para pessoas com deficiência intelectual, visual ou demência, incluindo o CRIDEM e a criação de uma Sala Snoezelen, promovendo autonomia, inclusão e melhoria da qualidade de vida.
- **Saúde e acesso ao medicamento** (ODS 3 - Saúde de Qualidade). Financiamento do programa *abem*: Rede Solidária do Medicamento, garantindo o acesso a medicamentos essenciais para pessoas em situação de carência económica, e apoio à investigação oncológica, abrangendo diretamente 38 doentes.
- **Investigação científica e conhecimento** (ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas). Apoio a iniciativas de investigação e inovação nas áreas da reabilitação e da saúde, incluindo prémios científicos de âmbito nacional.
- **Envelhecimento ativo e longevidade** (ODS 3 - Saúde de Qualidade). Apoio a projetos que valorizam o envelhecimento ativo e a participação cívica das pessoas em idade avançada, incluindo o Prémio Envelhecimento Ativo e o documentário *Agora Nascíamos Outra Vez*.
- **Desporto inclusivo** (ODS 10 - Redução das Desigualdades). Promoção da inclusão social através da prática desportiva, com apoio a iniciativas de surf e surf adaptado.
- **Economia social e desenvolvimento comunitário** (ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis).
- No âmbito do **Cartão +Vida**, apoio a quatro organizações da economia social com intervenção na integração de migrantes, combate ao isolamento das pessoas idosas, desenvolvimento comunitário e promoção cultural e associativa.

## LOE 2 Apoiar a capacitação das organizações da economia Social e promover a cidadania ativa e a inovação social

- Iniciativas de **produção e disseminação de conhecimento, investigação científica, capacitação do setor social e reforço de redes institucionais**. Destacam-se o apoio à edição e distribuição de manuais de referência em Serviço Social e intervenção social, dirigidos a técnicos e dirigentes da economia social; o apoio a prémios e bolsas de investigação nas áreas da **vitimação, responsabilidade social, sustentabilidade e deficiência intelectual**; e o contributo para observatórios nacionais de combate à pobreza.

- Produção científica e cultural (revista *Análise Associativa*), bem como a sua participação ativa no **Centro Português de Fundações**, incluindo a assinatura do **Pacto das Fundações para a Ação Climática** em 2025.

Os apoios concedidos pela Fundação Montepio abrangem todo o território nacional, incluindo regiões de baixa densidade populacional e podem ser consultados no seu *site* institucional.

## Estimativa de contributo do Banco Montepio via Fundação Montepio

O Banco Montepio centra a sua atuação social na disponibilização de soluções financeiras com intenção de impacto, articulando com a Fundação iniciativas de natureza filantrópica que ampliam esse alcance. O donativo anual constitui um contributo para esse efeito, sendo a estimativa de natureza indicativa por afeto a programas específicos.

LOE da Fundação	INVESTIMENTO FM (€)	PROPORÇÃO BM 18,47% (€)	BENEFICIÁRIOS FM (estimados)	BENEFICIÁRIOS BM 18,47%	OUTCOME
LOE 1	742 014	137 050	~1 428	~264	Aumento da mobilidade de pessoas em situação de risco e das respostas sociais promovidas pelos jovens
LOE 2	25 834	4 772	~539	~99	Capacitação de técnicos e dirigentes das entidades da ESS
<b>Total</b>	<b>767 848</b>	<b>141 822</b>	<b>~1 967</b>	<b>~363</b>	

NOTA. Os valores associados ao Banco Montepio são estimados por aplicação da proporção de 18,47% (peso do donativo no total de doações à Fundação Montepio em 2025) aos investimentos e beneficiários globais da FM. Estes valores estimados não constam do Relatório de Sustentabilidade 2025 e não somam aos indicadores diretos de impacto do Banco Montepio reportados nos demais capítulos. A metodologia de proporcionalidade, conceptualmente análoga à atribuição por *equity stake* aplicada no *Impact Innovation Fund* (3.4), consta do Anexo G - Metodologia e Nota de Evidência.

## 4. RESULTADOS 2025

Os indicadores de impacto consolidam a evidência associada à atividade desenvolvida em 2025 nos diferentes eixos de intervenção social, refletindo os contributos gerados junto das pessoas, organizações e comunidades abrangidas. Em linha com os princípios metodológicos definidos no Capítulo 2 - Como Geramos Impacto, a informação apurada traduz a sistematização e avaliação progressiva do valor potencial gerado, sintetizando-se nos seguintes indicadores:

- **1 080 M€** de financiamento com impacto social
- **3 760 entidades** da economia social apoiadas
- **4 958 famílias** em segmentos prioritários de acesso à habitação
- **465 000 beneficiários** apoiados através das entidades da ESS financiadas
- **≥92% das entidades da economia social** apoiadas mantiveram atividade
- **185 postos de trabalho** criados ou preservados através do microcrédito

#### 4.1. Escala de intervenção

A intervenção social em 2025 é evidenciada pelo volume global de financiamento mobilizado e pela respetiva distribuição pelos diferentes eixos estratégicos. Neste contexto, o financiamento com impacto social atingiu 1 080 M€, refletindo um crescimento de 49% face a 2024 e traduzindo a intensidade da atividade desenvolvida, não constituindo, por si só, uma medida direta de impacto. A relação entre investimento, resultados e efeitos varia em função do eixo de intervenção e dos instrumentos utilizados, sendo analisada nas secções subsequentes.

#### Intervenção financeira por eixo estratégico

EIXO ESTRATÉGICO	INVESTIMENTO 2025 (M€)	Δ 24-25
1. FINANCIAMENTO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA		
Crédito ESS finalidade social	94,2	+45%
Microcrédito	2,7	+34%
2. ACESSO À HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE		
Jovens ≤ 35 anos	696,2	+204%
Agregados baixo rendimento	91,9	+46%
Baixa densidade populacional	170,2	+38%
Pessoas com deficiência	19,6	+1,4%
3. PILAR PESSOAS		
Crédito concedido	4,2	-14%
Donativos	0,4	-63%
Programa ColorADD nas Escolas	0,019	-
Monetização voluntariado corporativo	0,017	+75%
<b>VALOR GLOBAL 2025</b>	<b>1 080</b>	<b>+49%</b>

Nota: As variações interanuais refletem alterações na procura, na composição dos segmentos apoiados e nas condições de mercado, não devendo ser interpretadas como variações diretas de impacto.

#### 4.2. Resultados diretos (outputs)

Os resultados diretos traduzem-se na atividade realizada ao longo de 2025, expressa no número de entidades, pessoas e projetos apoiados, bem como na mobilização de recursos financeiros e não financeiros.

OUTPUTS	RESULTADO 2025	Δ 24-25
Entidades ESS com finalidade social financiadas	3 760	+0,7%
Quota de mercado ESS (fins sociais)	28%	=
Beneficiários apoiados através das entidades da ESS	465 000	Novo KPI
Cientes habitação - segmentos prioritários	4 958	-
Projetos microcrédito apoiados	142	-
Postos de trabalho criados (microcrédito)	185	Novo outcome
Alunos acompanhados (EPIS)	10 129	+11%
Escolas abrangidas (EPIS)	252	-
Voluntários/as	103	+65%
Horas de voluntariado	720	+68%

#### 4.3. Efeitos observados (outcomes)

Os efeitos observados resultam da interação entre a intervenção financeira e outros fatores contextuais, devendo ser lidos como contributos para mudanças sociais e económicas.

INDICADOR	RESULTADO 2025	NOTA METODOLÓGICA
Postos de trabalho criados/preservados (microcrédito)	185	Efeito direto
Postos de trabalho criados nas participadas IIF	132	Contributo (atividade integral)
Beneficiários indiretos das participadas IIF	96 058	Contributo; rotação de carteira

Nota: Os resultados associados ao Fundo IIF refletem a atividade integral das participadas e devem ser lidos como contributo, não como atribuição direta.

No seu conjunto, os resultados apontam para uma relação consistente entre a escala da intervenção e a geração de efeitos sociais observados, num contexto de maturidade metodológica ainda diferenciada entre instrumentos, refletindo o estado atual da evidência disponível, com a associação entre indicadores diretos, *proxies* e leituras agregadas.

## 5. CAPITAL HUMANO E COERÊNCIA INTERNA

A integração da dimensão social na atividade financeira pressupõe coerência entre os princípios assumidos externamente e as práticas adotadas no plano interno. Neste sentido, as políticas e práticas de gestão de pessoas constituem um elemento central da abordagem à sustentabilidade social, enquanto concretização dos princípios de inclusão, diversidade e equidade que enquadram a atuação da instituição. Em 2025, a estrutura interna era composta por 3 033 trabalhadores/as com contrato de trabalho sem termo, distribuídos por género e com presença em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas.

### 5.1.As nossas Pessoas: diversidade, equidade e inclusão

A diversidade, a equidade e a inclusão constituem dimensões estruturantes da cultura corporativa e condições para a criação de valor sustentável no longo prazo. Enquadram-se nas políticas internas, nomeadamente a Política de Sustentabilidade, a Política de Diversidade e Inclusão e a Declaração de Compromisso com os Direitos Humanos, assegurando uma abordagem transversal à gestão de pessoas.

No domínio da igualdade de género, a atuação é reforçada pela adesão aos *Women's Empowerment Principles* (WEPs) e pela participação no UN Global Compact - *Forward Faster* 2030, iniciativas que enquadram metas de promoção da paridade nos contextos de trabalho e de liderança. O Banco Montepio é reconhecido como Empresa Bandeira da Meta Nacional para a Igualdade de Género, refletindo uma orientação consistente com a antecipação de objetivos de representatividade feminina na liderança. O alinhamento com a TISFD contribui para que estes indicadores e compromissos, no seu conjunto, informem também a integração da dimensão social na tomada de decisão e na monitorização do desempenho organizacional.

#### Diversidade, equidade e inclusão

INDICADOR	RESULTADO 2025	Δ 24-25	RELEVÂNCIA
Paridade de género global	51% / 49%	=	Equidade e representatividade
Mulheres em 1.ª linha de decisão	44%	=	Liderança inclusiva
Mulheres no Conselho de Administração	58%	=	Governança paritária
Mulheres em áreas STEM	40%	-	Inclusão em áreas técnicas
Pessoas com deficiência ≥60%	3,7%	+0,1 p.p.	Inclusão social
Gap salarial de género (total)	11%	-2 p.p.	Equidade remuneratória

Salário mínimo interno	1 200 €	=	Trabalho digno
Políticas alinhadas com TISFD	Em implementação	-	Gestão de riscos sociais
Política de Diversidade e Inclusão	Em vigor	=	Coerência organizacional
Conciliação trabalho-vida pessoal	Medidas ativas	=	Inclusão e retenção
% trabalhadores com negociação coletiva	100%	=	Proteção laboral

Os indicadores apresentados evidenciam uma trajetória consistente na promoção da igualdade de género nas estruturas de decisão, com níveis de representatividade feminina alinhados com as metas nacionais e internacionais assumidas. A presença equilibrada de mulheres em funções de liderança e de governação constitui uma referência objetiva para o acompanhamento da evolução futura, num contexto de estabilidade organizacional.

A inclusão de pessoas com deficiência robustece as práticas internas de gestão de pessoas, refletindo-se na integração de pessoas com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, apoiada por medidas de acompanhamento, adaptação de contextos de trabalho e planos de desenvolvimento individualizados.

INDICADOR	2024	2025	Δ 24-25
Total de horas de formação	123.083	134.884	+9,6%
Média de horas de formação por colaborador/a	42,4	46,6	+9,9%
# de ações de formação	1 685	1 643	-2,5%
# de participantes	2 901	2 853	-1,6%
Formação e-learning / b-learning	72%	82%	+10 p.p.
Formação presencial	29%	18%	-11 p.p.
Pessoas com formação superior	-	67%	-
Formação em ESG e direitos humanos	"Sustentabilidade para técnicos"	"Somos Sustentabilidade"	Programa contínuo

#### Valores que crescem connosco

O impacto social manifesta-se também na forma como a cultura corporativa se reforça, renova e diversifica - com espaço para percursos de vida diversos, incluindo os marcados por limitações funcionais. O Pedro e o Fábio fazem parte deste "Banco de causas, com alma de gente".

"Gosto do mar. Durante muitos anos, fez parte da minha vida, e continua a ser uma referência

## ” Aqui encontro espaço para continuar a trabalhar, a aprender e a sentir que aquilo que faço conta.

Pedro, colaborador do Banco Montepio

DADOS-CHAVE

Administrativo | Antiguidade: 27 anos

Deficiência (grau ≥ 60%)

encontro espaço para continuar a trabalhar, aprender e sentir que o que faço conta. Isso faz toda a diferença para mim.”

Também o percurso do Fábio reflete a importância de uma comunidade organizacional assente na inclusão, na valorização das diferenças e reconhecimento das capacidades de cada pessoa.

## ” A minha voz não passa pelo som, mas pela forma como estou presente na vida e no trabalho.

Fábio, colaborador do Banco Montepio

DADOS-CHAVE

Departamento Fiscal | Antiguidade: 8 anos

Deficiência (grau ≥ 60%)

de comunicar e até aprenderam a língua gestual. Quando existe essa disponibilidade para compreender o outro, as diferenças deixam de estar no centro e passamos simplesmente a ser a mesma equipa. Saber que o meu trabalho, o meu empenho e a pessoa que sou são reconhecidos dá ainda mais significado ao percurso que continuo a construir.”

No Banco Montepio, 107 pessoas com grau de incapacidade igual ou superior a 60% contribuem diariamente para uma cultura mais diversa e inclusiva, representando 3,7% da força de trabalho, num setor onde a inclusão de pessoas com deficiência continua a constituir um desafio estrutural.

peçoal importante. Em 1995, a minha vida mudou profundamente e obrigou-me a reaprender a forma como me relaciono com o mundo, com o trabalho e comigo próprio. Ao longo desse novo caminho, descobri capacidades que desconhecia: gosto de desafios, de me superar e, acima de tudo, de compreender melhor o que faço e como o faço. No meu dia a dia profissional, o compromisso e a curiosidade continuam a ser motores essenciais. Aqui

“Sou casado, pai e atleta. A surdez faz parte da minha identidade, mas nunca definiu a forma como escolho viver, trabalhar ou relacionar-me com os outros. A minha vida assenta em dois pilares fundamentais: a minha mulher e a minha equipa do Departamento Fiscal do Banco Montepio. Aprendi cedo que comunicar vai muito além das palavras - exige atenção, confiança e presença - e, ao longo do tempo, os obstáculos foram motivação para crescer. Trabalho com pessoas que procuraram conhecer a minha forma

### Paridade salarial

Em matéria de equidade remuneratória, a definição de um salário mínimo interno acima do referencial nacional e a evolução favorável dos indicadores de desigualdade salarial refletem progressos na convergência remuneratória.

A leitura dos rácios salariais por categoria profissional evidencia uma aproximação consistente entre remuneração feminina e masculina, devendo estes resultados ser acompanhados de forma continuada à luz da composição funcional e da progressão de carreiras.

CATEGORIA	RÁCIO SALÁRIO BASE MÉDIO (F/M)	RÁCIO REMUNERAÇÃO MÉDIA (F/M)
Diretiva e chefia	0,96	0,93
Técnica	0,98	0,97
Administrativa	1,00	1,02

A interpretação dos indicadores de igualdade de género e equidade salarial considera o contexto histórico do setor financeiro, cujas estruturas de gestão resultam de trajetórias profissionais formadas em períodos distintos do atual. Esse legado permite contextualizar as assimetrias ainda observáveis nos níveis hierárquicos. Atualmente, os processos de admissão são plenamente paritários, refletindo práticas consolidadas de recrutamento. A evolução observada decorre sobretudo da composição acumulada das estruturas internas e dos percursos de progressão, traduzindo uma trajetória de convergência sob acompanhamento.

### 5.2. Condições de trabalho e diálogo interno

As condições de trabalho e os mecanismos de diálogo e participação interna refletem opções que influenciam a estabilidade do vínculo laboral, a permanência na organização e a experiência profissional ao longo das diferentes fases da carreira. Numa organização com presença territorial alargada e perfis funcionais diversificados, estas dimensões pressupõem abordagens ajustadas e consistentes ao longo do tempo.

Neste plano, a definição de um salário mínimo interno acima do referencial nacional traduz uma opção clara quanto ao patamar mínimo de referência remuneratória, complementando o enquadramento existente e introduzindo um critério interno de previsibilidade e proteção de base. Esta referência articula-se com as restantes componentes da política remuneratória e é acompanhada de forma regular.

O desenvolvimento profissional é promovido através de formação contínua e mobilidade interna, complementadas por mecanismos de flexibilidade organizacional e medidas de apoio à parentalidade, ajustadas aos diferentes percursos de carreira e às necessidades ao longo do ciclo de vida profissional.

### Formação e capacitação interna - indicadores de acompanhamento

As iniciativas de formação abrangeram sustentabilidade e ESG - através do programa *Somos Sustentabilidade*, disponibilizado a todas as nossas pessoas - transformação digital e cibersegurança, liderança e gestão de equipas, análise de risco de crédito, e bem-estar e saúde mental. Ao nível dos órgãos de governo, foi assegurada formação especializada em sustentabilidade e transformação regulatória, incluindo os programas Formação Executiva ESG e *Quantum: dos Impactos nos Setores aos Desafios de Regulação*. O envolvimento das nossas pessoas reforça-se, também, através do voluntariado corporativo e da participação cívica, mobilizando competências técnicas e pessoais em contextos de utilidade social. Estas iniciativas integram a cultura organizacional e expressam uma dimensão de responsabilidade interna. A dinâmica interna é igualmente acompanhada por indicadores de estabilidade, segurança, conciliação e retenção, que permitem caracterizar a evolução da força de trabalho e as condições de permanência ao longo do tempo.

### Indicadores internos de acompanhamento - estabilidade, segurança e conciliação

INDICADOR	RESULTADO 2025	RELEVÂNCIA
Novas contratações	105	Renovação e crescimento
Saídas de trabalhadores/as	72	Estabilidade organizacional
% de rotatividade	3%	Compromisso e retenção
Ausência por lesões / saúde relacionadas com trabalho	228	Segurança e bem-estar
# de acidentes de trabalho registados	25	ESRS S1-14 / GRI 403-9
% de incidência de acidentes de trabalho	5,54	ESRS S1-14
% de regresso após licença parental	100% (M e F)	Conciliação e inclusão
% de retenção após licença parental (12 meses)	95% (mulheres); 100% (homens)	Compromisso com a parentalidade
Queixas de discriminação / assédio reportadas	6	Transparência/Cultura ética
Trabalhadores/as com seguro de saúde	100%	Proteção social
Programas de aúde e bem-estar	Salas de bem-estar; ginásio; apoio psicológico	Bem-estar organizacional

A dinâmica da força de trabalho caracterizou-se por níveis reduzidos de rotatividade e por um equilíbrio entre entradas e saídas, refletindo estabilidade organizacional ao longo do período. Os indicadores de regresso e retenção após licença parental mostram continuidade elevada dos percursos profissionais, e condições que permitem compatibilizar diferentes fases do ciclo de vida com a permanência no Banco Montepio. As situações reportadas em matéria de discriminação e assédio foram tratadas e resolvidas no âmbito dos mecanismos internos aplicáveis, assegurando o seu acompanhamento e integração nos processos de governação interna. Para informação mais detalhada sobre capital humano, indicadores GRI e ESRS S1, bem como respostas a quadros regulamentares e matrizes internacionais de referência, deverá ser consultado o Relatório e Contas 2025 - Anexo IV | Relatório de Sustentabilidade 2025.

## 6. GOVERNAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Este capítulo enquadra a forma como a dimensão social do impacto é integrada na governação da Estratégia Corporativa de Sustentabilidade. O impacto social não constitui um domínio autónomo, sendo gerido no âmbito de um modelo de sustentabilidade que articula orientação estratégica, processos de decisão e acompanhamento contínuo. Neste contexto, a sua gestão assenta em modelos operacionais específicos, alinhados com as prioridades estratégicas e integrados na governação corporativa da sustentabilidade.

### 6.1. Estratégia Corporativa de Sustentabilidade

A estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo Banco Montepio assenta num modelo de governação integrado na estrutura global do Grupo, assegurando alinhamento entre orientação estratégica, decisão executiva, execução operacional e mecanismos de controlo. As diferentes dimensões da sustentabilidade são geridas de forma transversal e articulada.

NÍVEL	ÂMBITO DE RESPONSABILIDADE	FUNÇÃO PRINCIPAL
Governação estratégica	Conselho de Administração	Aprovação da Estratégia Corporativa de Sustentabilidade e supervisão global
Supervisão especializada	CANESG	Acompanhamento da sustentabilidade, ética e governação
Gestão executiva	Comissão Executiva / COMSESG	Deliberação e acompanhamento do Plano Diretor de Sustentabilidade
Coordenação transversal	Gabinete de Sustentabilidade	Integração ESG, acompanhamento e reporte
Execução operacional ESS	DCESSP	Acompanhamento de carteira / setor

O impacto social inscreve-se no pilar Pessoas da Estratégia de Sustentabilidade 2024–2026 e é operacionalizado através de modelos de gestão específicos, hierarquicamente subordinados à governação da sustentabilidade, em coerência com outras dimensões estratégicas, como a descarbonização. A descrição detalhada do modelo de governação da sustentabilidade consta do Relatório de Sustentabilidade 2025 – Anexo IV do Relatório & Contas 2025, para efeitos de completude, consistência e verificabilidade.

## 6.2. Impacto social no quadro da sustentabilidade

A operacionalização do impacto social decorre de processos de acompanhamento, medição e aprendizagem que permitem traduzir prioridades estratégicas em práticas consistentes ao longo do tempo. Estes processos asseguram a ligação entre intenção estratégica, execução da atividade e leitura dos resultados observados, apoiando uma atuação informada e ajustável.

A informação produzida, de natureza quantitativa e qualitativa, é integrada nos ciclos regulares de planeamento, monitorização e reporte e utilizada para apoiar a decisão, a avaliação de prioridades e o ajustamento progressivo das abordagens adotadas. Esta integração possibilita a identificação de tendências, o reforço de intervenções eficazes e a reavaliação de opções sempre que a evidência disponível o justifique.

Na análise dos efeitos gerados, reconhecem-se diferentes níveis de maturidade, refletindo o carácter cumulativo e progressivo de muitos impactos sociais. Por essa razão, privilegia-se uma abordagem incremental, que combina indicadores operacionais, resultados diretos e leituras de contributo, assegurando coerência entre ambição estratégica e rigor interpretativo.

De forma complementar, a articulação com as restantes dimensões da sustentabilidade, nomeadamente a transição climática e a gestão de riscos não financeiros, reforça a coerência estratégica e sustenta uma visão integrada da atuação, evitando abordagens fragmentadas e promovendo aprendizagem organizacional contínua. Esta visão integrada encontra expressão estruturada na adesão à *Taskforce on Inequality and Social-related Financial Disclosures* (TISFD), descrita de seguida.

## 6.3. Alinhamento com a TISFD

Em setembro de 2024, foi lançada a nível global a *Taskforce on Inequality and Social-related Financial Disclosures* (TISFD), iniciativa que estabelece um quadro de reporte para a identificação e divulgação de impactos, dependências, riscos e oportunidades associados à desigualdade e a fatores sociais. O Banco Montepio é o único banco português signatário,

reconhecendo que as dimensões sociais e as desigualdades são determinantes para a criação de valor sustentável no longo prazo, influenciando a alocação de capital, os critérios de financiamento, o desenvolvimento de produtos inclusivos e o modelo de gestão de pessoas. As secções seguintes enquadram a aplicação deste referencial ao desempenho em 2025, segundo os quatro pilares definidos pela *Taskforce - Governance, Strategy, Risk Management e Metrics & Targets*, mantendo a designação original, em inglês, dos grupos de indicadores, sendo o detalhe técnico apresentado no Anexo E - Alinhamento TISFD, com base no documento *Conceptual Foundations*, publicado em outubro de 2025.

### Governance

A supervisão dos temas de desigualdade e impacto social integra-se na estrutura de governação da sustentabilidade do Grupo Banco Montepio, envolvendo o Conselho de Administração, a CANESG, COMSESG, Gabinete de Sustentabilidade e a Direção Comercial da Economia Social e Setor Público. O Conselho de Administração aprova a Estratégia Corporativa de Sustentabilidade 2024-2026 e assegura a supervisão global do desempenho social. Em 2025, a CANESG realizou 17 sessões de acompanhamento e o COMSESG reportou trimestralmente a execução do Plano Diretor de Sustentabilidade. No plano do relacionamento com *stakeholders*, o Banco Montepio mantém canais formais de interação com as seis categorias definidas pela TISFD - *own workforce, workers in the value chain, consumers, communities, public institutions e economic stakeholders*.

### Strategy

A estratégia de sustentabilidade do Banco Montepio integra fatores sociais e de desigualdade como dimensões estruturais de criação de valor de longo prazo, influenciando decisões de alocação de capital, critérios de financiamento e desenvolvimento de produtos inclusivos. Em 2025, foram mobilizados mais de 1 000 M€ com intenção de impacto social, distribuídos pelos eixos: Economia Social e Solidária, Habitação Própria e Permanente, e Pessoas e Inclusão Financeira. A estratégia é complementada por programas para Comunidades e pela abordagem ao Capital Humano, assegurando coerência entre impacto externo e práticas internas.

### Risk Management

Os riscos e oportunidades sociais estão integrados no modelo global de gestão de risco, em alinhamento com as normas ESRS S1–S4 e a Política de Risco ESG. Distinguem-se riscos *entity-level* (sobre-endividamento, exclusão financeira territorial, continuidade da Economia Social, desigualdade interna) e riscos *system-level* associados à estabilidade social,

macroeconómica e financeira. A gestão do risco de sobre-endividamento das famílias está ancorada num sistema de alertas precoces (*Early Warning Systems*, EWS), que identifica antecipadamente sinais de deterioração da capacidade de pagamento e despoleta um contacto proativo orientado para a saúde financeira do/a cliente - renegociação de dívida, ajustamento de prazos e soluções adaptadas - articulando-se com os regimes legais PARI e PERSI<sup>6</sup> sempre que aplicável. A proximidade ao cliente em situações de fragilidade financeira assume, assim, uma dupla função: gestão de risco e contributo para a estabilidade financeira de clientes em situação de vulnerabilidade. Em 2025, a leitura de riscos *system-level* é maioritariamente qualitativa, refletindo o estágio de maturidade da aplicação do referencial TISFD, com compromisso de evolução para quantificação progressiva.

A matriz de riscos *entity-level* e a leitura aplicada dos três níveis de risco *system-level* ao contexto português constam do Anexo E – Alinhamento TISFD.

### **Metrics & Targets**

O desempenho de 2025 é sintetizado em indicadores-chave que refletem escala, alcance e coerência interna, destacando-se:

- **1 080 M€** mobilizados com intenção de impacto;
- Cerca de **465 mil beneficiários** alcançados via entidades da Economia Social;
- **≥92%** de continuidade da atividade das entidades apoiadas;
- **185 postos de trabalho** criados via microcrédito;
- **gap salarial de género interno de 11%** (meta <10% em 2026).

As tabelas de indicadores de desigualdade interna e externa, com metas para 2026 e referenciais associados, bem como a antecipação de métricas TISFD em desenvolvimento, constam do Anexo E - Alinhamento TISFD.

## **7. APRENDIZAGENS DE 2025 E PRIORIDADES PARA 2026**

### **7.1.O que conquistámos em 2025**

Ao longo de 2025, consolidámos aprendizagens resultantes de três anos consecutivos de desenvolvimento da abordagem iniciada em 2023. Este percurso permitiu uma evolução consistente da maturidade metodológica, analítica e de reporte, clarificando progressivamente

o âmbito da atuação, os mecanismos de geração de valor social e os desafios associados à demonstração de efeitos duradouros no tempo.

A experiência acumulada confirmou que a escala de intervenção constitui uma condição necessária, mas não suficiente, para a construção de impacto social sustentável. A capacidade de mobilização, por si só, não garante transformação estrutural, exigindo profundidade, continuidade e capacidade de compreender os efeitos produzidos junto das pessoas, organizações e comunidades abrangidas.

Neste enquadramento, os resultados alcançados em 2025 evidenciam capacidade de execução, relevância e ambição na concretização da estratégia definida. Simultaneamente, reforçaram a importância de aprofundar a leitura dos efeitos gerados, orientando progressivamente a intervenção para áreas com maior potencial de produzir mudanças significativas e sustentáveis. Este percurso permitiu igualmente identificar novos indicadores, dimensões de análise e caminhos de avaliação que poderão contribuir para uma compreensão mais ampla dos desempenhos alcançados e das mudanças geradas, abrindo espaço ao aprofundamento futuro da capacidade de gerar valor social.

A abordagem ao impacto social evoluiu, assim, de uma perspetiva predominantemente centrada na atividade e na escala para uma análise mais exigente dos efeitos observados, distinguindo de forma mais clara entre resultados diretos (outputs), efeitos intermédios (outcomes) e potencial de transformação estrutural ao longo do tempo.

Esta evolução metodológica reforçou a capacidade de identificar evidências mais robustas sobre os contributos gerados pela atividade do Banco Montepio, particularmente em áreas onde a intervenção assume um carácter mais continuado e estruturante. A continuidade da atividade em 92% das entidades da economia social financiadas, a orientação expressiva do crédito à habitação para jovens até aos 35 anos e a melhoria de 10,3 pontos percentuais na qualidade do sucesso escolar dos alunos acompanhados pela EPIS por períodos superiores a um ano constituem evidências particularmente relevantes neste contexto

Ao longo deste processo, tornou-se igualmente mais evidente que o impacto social sustentável resulta da articulação entre três dimensões fundamentais: escala, evidência e integração na decisão. A capacidade de gerar impacto não depende apenas do volume de recursos

<sup>6</sup> O PARI (Plano de Ação para o Risco de Incumprimento) e o PERSI (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de

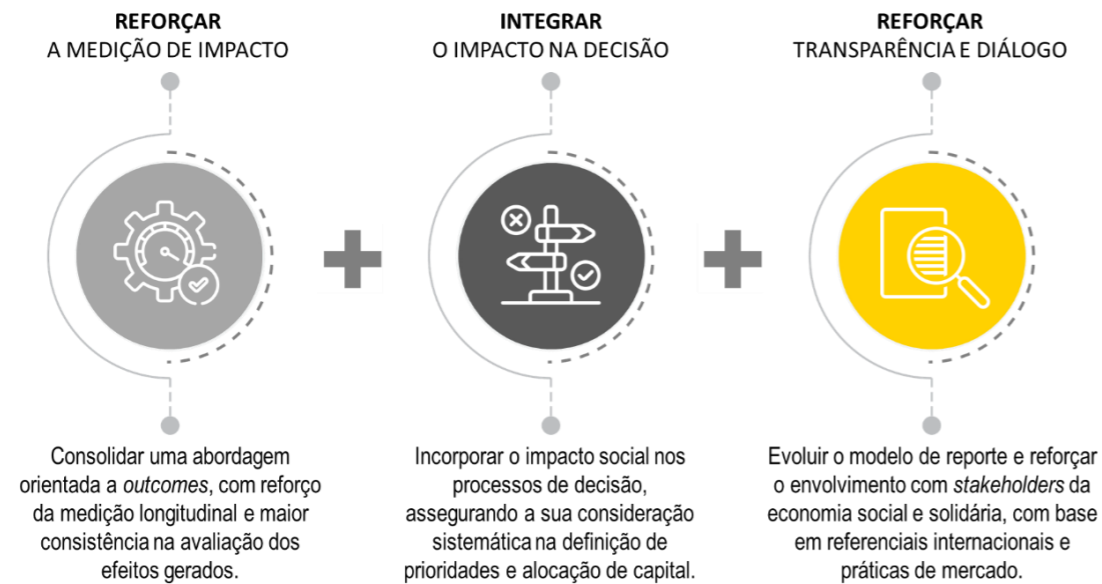
Incumprimento) são mecanismos instituídos pelo Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro, no âmbito do regime de prevenção e regularização do incumprimento de contratos de crédito, sob supervisão do Banco de Portugal.

mobilizados, mas também da qualidade da intervenção, da capacidade de monitorização dos efeitos produzidos e da incorporação progressiva destas aprendizagens nos processos de decisão, priorização e gestão. 2025 representou também um ano de consolidação da visão de impacto social enquanto componente integrada da estratégia de sustentabilidade do Banco Montepio, reforçando a importância de aproximar esta matriz de análise dos processos de negócio, da gestão de risco, da definição de prioridades estratégicas e do acompanhamento dos contributos gerados para os diferentes *stakeholders*.

A maturidade da abordagem passa hoje, de forma crescente, pela capacidade de compreender, acompanhar e aprender com os efeitos gerados, reconhecendo a natureza progressiva, multidimensional e dinâmica do impacto social.

### 7.2.O que nos comprometemos a fazer em 2026

As oportunidades de melhoria identificadas foram incorporadas nas prioridades definidas para 2026, assegurando continuidade entre aprendizagem, planeamento e ação.



Em 2026, o desenvolvimento da abordagem de impacto social procurará aprofundar uma lógica integrada assente em três dimensões complementares: o reforço da capacidade de execução e operacionalização da intervenção, a orientação estratégica para áreas com maior potencial de transformação e a consolidação progressiva da evidência produzida sobre os efeitos

gerados. A articulação entre estas dimensões permitirá aprofundar a compreensão do valor social criado e reforçar a integração do impacto social nos processos de decisão e acompanhamento estratégico. Neste âmbito, destacam-se o reforço da capacidade de monitorização de *outcomes* em áreas de intervenção prioritárias, a melhoria progressiva dos mecanismos de recolha e sistematização de evidência, o aprofundamento da articulação com entidades parceiras e a consolidação de práticas de avaliação mais orientadas para os efeitos gerados a médio e longo prazo.

O próximo ciclo de desenvolvimento procurará consolidar a maturidade da abordagem de impacto social, reforçando a integração da evidência e do acompanhamento estratégico na atividade do Banco Montepio, assente numa lógica de melhoria contínua, reconhecendo que a medição de impacto social é um processo progressivo, exigente e adaptativo, dependente da proximidade aos *stakeholders*, da qualidade dos dados disponíveis e da capacidade de incorporar aprendizagem na definição de caminhos futuros. Os objetivos associados a estas orientações podem ser consultados na versão do Plano Diretor de Sustentabilidade 2026, publicada no Relatório de Sustentabilidade 2025 (Anexo IV).

Ao longo destes três anos, construímos um caminho novo, que nos permitiu aprofundar a compreensão sobre a forma como a atividade que desenvolvemos se traduz em mudanças concretas na vida das pessoas, das famílias, das organizações e das comunidades.

Aprendemos a olhar para o impacto também através da perspetiva dos outros, percebendo melhor o alcance, relevância e responsabilidade associadas às decisões e à ação que desenvolvemos diariamente.

Foi um percurso de descoberta, aprendizagem e evolução contínua que permitiu consolidar uma visão mais clara sobre **o valor social que queremos continuar a criar**.



Porque acreditamos que este caminho se constrói também em diálogo consigo, convidamos à sua participação, através do *QR code* ou [aqui](#).

**A sua opinião ajuda-nos a melhorá-lo.**

Obrigado.



## ANEXO A - INDICADORES SOCIAIS CONSOLIDADOS 2023–2025

O presente anexo reúne os indicadores sociais consolidados para o período 2023–2025, organizados por área de intervenção, em complemento à análise desenvolvida no Capítulo 3 - Onde Geramos Impacto. Os dados complementam a análise apresentada no corpo do relatório e destinam-se a suportar a leitura dos resultados, sem introduzir interpretações adicionais.

### 1. Economia Social e Solidária

INDICADOR	2023	2024	2025
Crédito ESS finalidade social (M€)	270	285	291
N.º entidades ESS financiadas	3 685	3 734	3 760
Taxa de penetração no universo nacional (%)	27%	28%	28%
Contas Acordo (n.º clientes)	44	50	50
Beneficiários apoiados através das EESS (n.º pessoas)	-	-	465 000
% entidades ESS que mantiveram atividade após apoio	-	-	≥92%
N.º concelhos cobertos pela carteira ESS	-	-	69
% entidades ESS em territórios de baixa densidade	-	-	45%

### 2. Habitação própria e permanente

INDICADOR	2023	2024	2025
Crédito habitação jovens <35 anos (M€)	-	228,6	696,2
N.º clientes jovens <35 anos	-	-	3 606
% carteira habitação (HPP) para jovens	-	-	55%
Crédito agregados rendimento abaixo da média (M€)	-	62,7	91,9
N.º clientes rendimento abaixo da média	-	-	1 001
Crédito densidade populacional abaixo da média (M€)	-	123,5	170,2
N.º clientes densidade populacional abaixo da média	-	-	1 337
Crédito pessoas com deficiência - bonificado (M€)	20,6	19,2	19,6
N.º clientes com deficiência	-	-	186
<b>Total consolidado - segmentos prioritários (M€)</b>	-	-	830,7
<b>Total consolidado - clientes de segmentos prioritários</b>	-	-	4 958

### 3. Pilar Pessoas e Inclusão Financeira

INDICADOR	2023	2024	2025
Montante microcrédito LAECEPE (M€)	2,0	2,7	2,7
N.º operações microcrédito	-	-	133
Postos de trabalho criados (microcrédito)	-	-	185
Financiamento saúde (€)	-	-	977 358
Financiamento educação (€)	-	-	478 827
<i>Impact Innovation Fund</i> - investimento âncora Banco Montepio (M€)	-	1,5	-
<i>Impact Innovation Fund</i> – postos de trabalho criados (ponderado pela quota do fundo)	-	n.d.	≈18
<i>Impact Innovation Fund</i> - beneficiários indiretos (ponderado pela quota do fundo)	-	n.d.	≈9.137
Cartões de débito adaptados (deficiência visual) # emissões	-	-	380 276
Conta Especial Jovem (n.º clientes)	-	-	4 523
Conta Cresce (n.º clientes)	-	-	3 532

A estimativa atribuível ao Banco Montepio tem por base os resultados agregados do *Impact Innovation Fund*, que em 2025 totalizaram 132 postos de trabalho criados e 96 058 beneficiários indiretos.

O símbolo “-” indica recolha não disponível ou indicador integrado em 2025, não devendo ser interpretado como valor nulo.

### 4. Capital Humano – Indicadores internos

INDICADOR	2023	2024	2025
N.º total de trabalhadores/as	-	-	3 033
Paridade de género na força de trabalho (%)	50/50	50/50	50/50
Mulheres (M) em 1.ª linha de decisão (%)	-	40	44
Mulheres no Conselho de Administração (%)	-	-	58%
Pessoas com deficiência ≥60% (%)	-	3,6	3,7%
Gap salarial de género - remuneração total (%)	-	13	11
Salário mínimo interno (€)	-	-	1 200
Horas de formação por colaborador	-	47,9	46,6
Total de horas de formação	-	-	143 910

N.º ações de formação	-	-	<b>1 737</b>
Pessoas com formação superior (%)	-	-	<b>67%</b>
Novas contratações (n.º)	-	-	<b>125</b>
Taxa de rotatividade (%)	-	-	<b>3%</b>
Taxa de regresso após licença parental (%)	-	-	<b>100%</b>
Taxa de retenção após licença parental - 12 meses (%)	-	-	<b>95%(M) / 94%(H)</b>
Dias perdidos por lesões/saúde relacionadas com trabalho	-	-	<b>228</b>
Queixas discriminação / assédio reportadas (n.º)	-	-	<b>6</b>

O símbolo “-” indica recolha não disponível. As taxas referem-se a 2025. M = mulheres; H = homens.

As queixas de discriminação ou assédio correspondem a ocorrências formalmente reportadas, não equivalendo a situações confirmadas. Os indicadores apresentados referem-se a dados internos e não constituem leitura de impacto externo.

## 5. Comunidade, Voluntariado e Parcerias

INDICADOR	2023	2024	2025
N.º voluntários corporativos	71	62	<b>103</b>
Horas de voluntariado	568	429	<b>720</b>
Voluntariado monetizado (€)	-	10.600	<b>18 577</b>
N.º iniciativas de voluntariado	-	-	<b>13</b>
Donativos e outros investimentos (€)	360.000	1.180.000	<b>440 500</b>
Alunos acompanhados EPIS (n.º)	-	-	<b>10 129</b>
Escolas abrangidas EPIS (n.º)	-	-	<b>252</b>
Melhoria sucesso escolar EPIS (p.p.)	-	-	<b>+3,3</b>
Melhoria qualidade sucesso EPIS (p.p.)	-	-	<b>+10,3</b>
Jovens impactados JAP (histórico)	-	-	<b>13 360</b>
N.º protocolos nacionais e locais	24	24	<b>24</b>

Os indicadores de voluntariado e de parcerias refletem níveis de atividade e envolvimento no período.

As melhorias associadas à EPIS correspondem a efeitos observados nos participantes acompanhados, expressos em pontos percentuais. O indicador JAP refere-se a valores acumulados históricos. O símbolo “-” indica recolha não disponível.

## 6. Impacto Global

INDICADOR	2023	2024	2025
Valor Impacto Social Global (M€)	-	725	<b>~1 080</b>
Crescimento face ao ano anterior (%)	-	-	<b>+49%</b>
Crédito ESS com finalidade social - acumulado (M€)	270	285	<b>291</b>
Beneficiários apoiados através das EESS - acumulado	-	-	<b>465 000</b>

O “Valor de Impacto Social Global” corresponde ao montante de atividade com intenção de impacto social, agregando os principais eixos de intervenção do período, não representando uma monetização de impacto verificado.

A variação interanual reflete sobretudo a evolução da escala e da cobertura da atuação, incluindo a incorporação de novos segmentos em 2025. Os indicadores relativos a beneficiários correspondem a leituras de contributo agregadas, não equivalendo a atribuição exclusiva nem a impacto verificado de longo prazo.

## ANEXO B - TEORIA DA MUDANÇA

O presente anexo documenta a Teoria da Mudança adotada, através da cadeia de valor que enquadra a análise do impacto social nas principais áreas de intervenção, articulando recursos mobilizados, soluções e atividades desenvolvidas, resultados diretos e efeitos observados, em suporte à interpretação dos resultados apresentados no Capítulo 2 - Como geramos impacto.

### Cadeia de Valor Global

NÍVEL DA CADEIA	CONTEÚDO
<b>Inputs</b>	Recursos financeiros (crédito ESS 94M€; habitação 830,7M€; Pilar Pessoas 4,2M€); recursos humanos (103 voluntários; 720h); recursos técnicos (24 protocolos; parcerias estratégicas; DCESSP)
<b>Soluções</b>	Financiamento à Economia Social e Solidária; Crédito habitação própria e permanente; Financiamento ao Pilar Pessoas
<b>Atividades</b>	Concessão de crédito com impacto (ESS, habitação, Pilar Pessoas); microcrédito (133 operações); instrumentos de inclusão financeira; literacia financeira; voluntariado corporativo (13 iniciativas); investimento em fundos de impacto (1,5M€)
<b>Realização (Outputs)</b>	Entidades e beneficiários apoiados; montantes e operações por eixo; iniciativas realizadas; horas de voluntariado; produtos de inclusão financeira disponibilizados
<b>Alteração Material (Outcomes)</b>	Emprego criado/preservado (185 postos); estabilidade habitacional; acesso a serviços essenciais (465 000 beneficiários); capacitação ESG; redução de barreiras à deficiência.
<b>Propósito (Impacto)</b>	Coesão social e capital social comunitário; inclusão financeira e territorial; redução de desigualdades e melhoria de bem-estar; resiliência das organizações da ESS

### Eixo 1 - Financiamento da Economia Social e Solidária

NÍVEL DA CADEIA	CONTEÚDO	INDICADOR 2025
<b>Inputs</b>	Capital financeiro orientado para ESS com finalidade exclusivamente social; especialização DCESSP; 24 protocolos institucionais; Linha FEI InvestEU	94,20M€ crédito ESS; 64M€ FEI InvestEU
<b>Atividades</b>	Concessão de crédito a IPSS, cooperativas, misericórdias e associações; gestão de Conta Acordo; acompanhamento especializado de carteira; capacitação ESG (VOICE Leadership; Get2Zero PME)	3 760 entidades ativas

<b>Outputs</b>	Entidades financiadas; montantes concedidos; contas de tesouraria asseguradas; organizações capacitadas	3 760 entidades; 28% penetração nacional
<b>Outcomes</b>	Continuidade das respostas sociais; manutenção da capacidade operacional das entidades; acesso a serviços essenciais preservado; beneficiários finais apoiados	≥92% entidades ativas; 465 000 beneficiários diretos
<b>Impacto</b>	Coesão social e territorial; resiliência do Estado social; redução de desigualdades no acesso a serviços essenciais	-
<b>Hipótese de mudança</b>	O financiamento especializado e de longo prazo a entidades ESS, em contexto de limitações estruturais de acesso ao crédito convencional, permite preservar e expandir respostas sociais essenciais que de outra forma seriam reduzidas ou interrompidas	-

### Eixo 2 - Acesso à Habitação própria e permanente

NÍVEL DA CADEIA	CONTEÚDO	INDICADOR 2025
<b>Inputs</b>	Capital financeiro orientado para segmentos com maiores barreiras de acesso; critérios de elegibilidade diferenciados;	830,7€
<b>Atividades</b>	Concessão de crédito habitação a jovens, agregados de baixo rendimento, pessoas com deficiência e populações em territórios de baixa densidade; sistemas de alerta precoce de incumprimento; acompanhamento preventivo	4 958 clientes em segmentos prioritários
<b>Outputs</b>	Montantes concedidos por segmento; n.º de clientes apoiados; isenção de comissões; garantia do Estado ativada	696,2M€ jovens; 19,6M€ deficiência; 170,2M€ baixa densidade
<b>Outcomes</b>	Emancipação residencial; estabilidade habitacional; previsibilidade financeira dos agregados; fixação de população em territórios de baixa densidade	55% crédito para jovens <35 anos; em desenvolvimento
<b>Impacto</b>	Redução de desigualdades no acesso à habitação; coesão territorial; mobilidade social intergeracional; estabilidade de agregados familiares.	-
<b>Hipótese de mudança</b>	O acesso a crédito habitação em condições adequadas, dirigido a segmentos com maiores barreiras, traduz-se em estabilidade residencial de longo prazo, com efeitos positivos na previsibilidade financeira, mobilidade social e coesão territorial	-

### Eixo 3 - Pilar Pessoas e Inclusão Financeira

#### MICROCRÉDITO

NÍVEL DA CADEIA	CONTEÚDO	INDICADOR 2025
<b>Inputs</b>	Capital financeiro para microcrédito, saúde e educação; parceria IEFP e sociedades de garantia mútua.	2,67M€ LAECPE
<b>Atividades</b>	Concessão de microcrédito LAECPE a pessoas em situação de desemprego ou inatividade.	133 operações
<b>Outputs</b>	N.º operações e montantes; postos de trabalho criados.	185 postos trabalho criados
<b>Outcomes</b>	Criação e manutenção de rendimento; autonomia económica.	
<b>Impacto</b>	Redução de desigualdades económicas; inclusão financeira e social; autonomia e dignidade; redução do desemprego de longa duração	-
<b>Hipótese de mudança</b>	O acesso a microcrédito em contextos de exclusão do crédito convencional traduz-se em criação de rendimento e autonomia económica.	-
<b>INVESTIMENTO DE IMPACTO - IMPACT INNOVATION FUND</b>		
<b>Inputs</b>	Compromisso âncora do Banco Montepio em fundo Artigo 9.º SFDR de <i>venture capital</i> de impacto, gerido pelo 3xP Global; participação minoritária com instrumento <i>equity &amp; quasi-equity</i> .	1,5M€ (Investimento âncora do Banco Montepio)
<b>Atividades</b>	Investimento do fundo em empresas de impacto na Ibéria com modelos de negócio orientados para mudança sistémica, complementado por <i>capacity building</i> , mentoria e participação no ecossistema (abordagem catalítica 360º).	7 participadas no final de 2025
<b>Outputs</b>	Capital mobilizado pelo fundo nas participadas; postos de trabalho criados nas participadas; beneficiários indiretos alcançados.	9,87M€; 132 postos integrais (≈18 ponderados); 96 058 beneficiários indiretos integrais (≈9 137)
<b>Outcomes</b>	Reforço de empresas de impacto em fase de <i>scale-up</i> ; mudança setorial em áreas como inclusão financeira, economia circular, sistemas alimentares, habitação acessível, integração de migrantes, turismo sustentável.	Em desenvolvimento

<b>Hipótese de mudança</b>	A canalização de capital para empresas de impacto em fase de <i>scale-up</i> , combinada com apoio não financeiro estruturado, contribui para acelerar soluções dirigidas a desafios sistémicos, complementando a resposta do mercado em segmentos que exigem abordagens específicas.	-
----------------------------	---	---

#### FINANCIAMENTO A NECESSIDADES ESSENCIAIS

NÍVEL DA CADEIA	CONTEÚDO	INDICADOR 2025
<b>Inputs</b>	Capital financeiro para saúde e educação; condições bonificadas.	1,46M€ saúde e educação
<b>Atividades</b>	Concessão de crédito saúde e educação em condições ajustadas ao perfil dos beneficiários.	
<b>Outputs</b>	Montantes concedidos por finalidade; n.º operações.	
<b>Outcomes</b>	Preservação da estabilidade económica; continuidade de percursos educativos e formativos; acesso a cuidados de saúde.	+10,3 p.p. sucesso escolar EPIS
<b>Impacto</b>	Preservação de trajetórias de vida e redução de vulnerabilidades socioeconómicas.	-
<b>Hipótese de mudança</b>	O acesso a financiamento em condições ajustadas para despesas essenciais de saúde e educação preserva a estabilidade económica e a autonomia dos beneficiários em momentos de maior necessidade.	-

#### Nota metodológica

A Teoria da Mudança apresentada é um instrumento dinâmico, sujeito a revisão anual com base na evidência recolhida e no aprofundamento da medição de *outcomes*. As hipóteses de mudança explicitam os mecanismos causais subjacentes à intervenção, cuja verificação é progressiva e dependente do desenvolvimento de indicadores longitudinais, previstos para o ciclo pós-2026. A cadeia de valor global e as cadeias por eixo devem ser lidas de forma complementar: a primeira estabelece a lógica integrada da atuação; as segundas aprofundam a aplicação específica por eixo ou área de intervenção, em articulação com a abordagem metodológica apresentada no Capítulo 2 - Como Geramos Impacto.

## ANEXO C - ALINHAMENTO IRIS+

O alinhamento com a taxonomia IRIS+ (*Global Impact Investing Network*, GIIN) reforça a comparabilidade das métricas de impacto social do Banco Montepio com práticas internacionais de medição e reporte, que se organizam por eixo estratégico e distinguem *outputs* (realizações imediatas) de *outcomes* (mudanças observadas).

### Eixo 1 - Financiamento da Economia Social e Solidária

INDICADOR BANCO MONTEPIO	IRIS+	TIPO	2025	DESCRIÇÃO IRIS+
Montante crédito ESS finalidade social	PI5963	O	94,20M€	Capital Invested - montante total de capital investido em organizações sociais
N.º entidades ESS financiadas	PI9652	O	3.760	Number of Enterprises / Businesses Financed
Taxa de penetração ESS	PI7098	O	28%	Portfolio Diversity - concentração da carteira no setor
Beneficiários apoiados através das EESS	PI2814	OC	465 000	Number of Individuals Reached
% entidades ESS ativas	OI5271	OC	≥92%	Percentage of Enterprises Still Operating
N.º contas Acordo ativas	PI9652	O	50	Number of Enterprises / Businesses Financed - produto específico
Financiamento territórios baixa densidade	PI5963	O	170,2M€	Capital Invested - desagregação territorial
N.º concelhos cobertos p/carteira ESS	OI4720	O	69	Geographic Diversity of Portfolio

### Eixo 2 - Acesso à Habitação própria e permanente

INDICADOR BANCO MONTEPIO	IRIS+	TIPO	2025	DESCRIÇÃO IRIS+
Crédito habitação jovens <35 anos	PI5963	O	696,2M€	Capital Invested
N.º clientes jovens <35 anos	PI5625	O	3.606	Number of Individuals - First Home
Crédito habitação baixo rendimento	PI5963	O	91,9M€	Capital Invested
N.º clientes baixo rendimento	PI8108	O	1 001	Number of Low-Income Individuals Served
Crédito habitação baixa densidade	PI5963	O	170,2M€	Capital Invested
N.º clientes baixa densidade	OI4720	O	1 337	Geographic Diversity - operações em territórios de baixa densidade
Crédito bonificado pessoas c/deficiência	PI5963	O	19,6M€	Capital Invested
N.º clientes com deficiência	PI7098	O	186	Number of Individuals with Disabilities Served
Estabilidade habitacional	PI8706	OC	Em curso	Clients with Improved Housing Stability
Acesso à primeira habitação	PI4105	OC	Em curso	Housing Units Preserved or Maintained

### Eixo 3 - Pilar Pessoas e Inclusão Financeira

INDICADOR BANCO MONTEPIO	IRIS+	TIPO	2025	DESCRIÇÃO IRIS+
Montante microcrédito (LAECPE)	PI5963	O	2,67M€	Capital Invested - microfinance
N.º operações microcrédito	PI9652	O	133	Number of Enterprises / Businesses Financed
Postos de trabalho criados (microcrédito)	PI3687	OC	185	Permanent Employees: Total Jobs Created
% negócios microcrédito ativos +24 meses	OI5271	OC	Em curso	Percentage of Enterprises Still Operating
Financiamento saúde	PI5963	O	977 358€	Capital Invested - health
Financiamento educação	PI5963	O	478 827€	Capital Invested - education
Impact Innovation Fund - investimento	PI5963	O	1,5M€	Capital Invested - impact fund
Impact Innovation Fund - postos trabalho	PI3687	OC	72	Permanent Employees: Total Jobs Created
Impact Innovation Fund - beneficiários	PI2814	OC	182 237	Number of Individuals Reached

### Capital Humano e Coerência Interna

INDICADOR BANCO MONTEPIO	IRIS+	TIPO	2025	DESCRIÇÃO IRIS+
Paridade de género na força de trabalho	PI9312	O	51%	Percentage of Female Employees
Mulheres em 1.ª linha de decisão	PI9312	OC	44%	Percentage of Female Senior Managers
Pessoas com deficiência ≥60%	PI7098	O	3,7%	Percentage of Employees with Disabilities
Horas de formação por colaborador	OI1845	O	46,6h	Average Hours of Training per Employee
Gap salarial de género	PI8735	OC	11%	Gender Pay Gap
Taxa de rotatividade	PI6420	O	3%	Employee Turnover Rate
Taxa de regresso após licença parental	PI5468	OC	100%	Parental Leave Return Rate

### Nota metodológica

Os códigos IRIS+ apresentados correspondem à versão em vigor da taxonomia do *Global Impact Investing Network* (GIIN) à data do relatório. Os indicadores assinalados como “Em curso” referem-se a *outcomes* longitudinais em estruturação para 2026. A nomenclatura *inputs*, *outputs* e *outcomes* é mantida de acordo com as referências internacionais, evitando ambiguidades decorrentes de tradução.

Legenda: O = Output | OC = Outcome

## EFRAG ANEXO D - ALINHAMENTO ESRS

Mapeamento dos requisitos ESRS S1, S2, S3 e S4 face à informação reportada neste relatório e no Relatório de Sustentabilidade 2025.

Legenda: Coberto | Parcialmente coberto | Não coberto | Em desenvolvimento

### ESRS S1 – Trabalhadores Próprios

ESRS	DESCRIÇÃO	ESTADO	LOCALIZAÇÃO NESTE RELATÓRIO	AÇÃO 2026
S1-1	Políticas relativas aos próprios trabalhadores		Cap. 5.1 » Política DEI; Código de Ética e Conduta; WEPs	Manter
S1-2	Processos de envolvimento com trabalhadores		Cap. 5.3 » Comissão de Trabalhadores; Canal de Ética	Manter
S1-3	Processos de reparação de impactos negativos		Cap. 5.3 » Canal de Ética; princípio de Não Retaliação	Manter
S1-4	Medidas e objetivos relacionados com trabalhadores		Cap. 5.1,5.2» indicadores e metas	Manter
S1-6	Características dos próprios trabalhadores		Cap. 5 » 3.033 colaboradores; distribuição por género, tipo, região	Manter
S1-7	Trabalhadores não assalariados	-	N/A - todos os colaboradores assalariados	Manter
S1-8	Negociação coletiva		Cap. 5.1 » referenciado	Manter
S1-9	Diversidade nos órgãos de governação		Cap. 5.1» 44% mulheres 1.ª linha; 58% CA	Manter
S1-10	Remuneração adequada		Cap. 5.1 » salário mínimo interno 1 200€; +38% vs. SMN	Manter
S1-11	Proteção social		Cap. 5.2 » seguro de saúde 100%; proteção social universal	Manter
S1-12	Pessoas com deficiência		Cap. 5.1 » 3,7% colaboradores com deficiência ≥60%	Manter
S1-13	Formação e desenvolvimento		Cap. 5.2 » 46,6h/colaborador; 134 884h	Manter
S1-14	Saúde e segurança		Cap. 5.2 » 228 dias perdidos; n.º acidentes a confirmar	Inserir taxa de incidência
S1-15	Equilíbrio trabalho-vida pessoal		Cap. 5.2 » taxa regresso licença parental 100%	Manter
S1-16	Remuneração - rácios e gap salarial		Cap. 5.1 » gap 11%; rácios por categoria	Prosseguir redução do gap salarial
S1-17	Incidentes, queixas e graves violações		Cap. 5.2 » 6 queixas; 0 incidentes graves direitos humanos	Manter

### ESRS S2 - Trabalhadores da Cadeia de Valor

ESRS	DESCRIÇÃO	ESTADO	LOCALIZAÇÃO NESTE RELATÓRIO	AÇÃO 2026
S2-1	Políticas relativas a trabalhadores da cadeia de valor		Cap. 6 » Governação da Sustentabilidade; Política de Sustentabilidade; Declaração de Compromisso com os Direitos Humanos	Integrar
S2-2	Processos de envolvimento com trabalhadores da cadeia de valor		Cap. 3.1 » parcerias ESS; 24 protocolos	Formalizar processo
S2-3	Processos de reparação de impactos negativos		Não coberto explicitamente	Desenvolver
S2-4	Medidas e objetivos		Cap. 3.1 » capacitação ESG (VOICE Leadership; Get2Zero)	Formalizar metas
S2-5	Objetivos relacionados com trabalhadores da cadeia de valor		Cap. 7 » integração ESG na cadeia de fornecimento (iniciativa 10)	Definir metas

### ESRS S3 - Comunidades Afetadas

ESRS	DESCRIÇÃO	ESTADO	LOCALIZAÇÃO NESTE RELATÓRIO	AÇÃO 2026
S3-1	Políticas relativas a comunidades afetadas		Cap. 1.3 » posicionamento estratégico; missão mutualista	Formalizar política
S3-2	Processos de envolvimento com comunidades		Cap. 2.3 » dupla materialidade ESS; Cap. 3.5 – parcerias e voluntariado	Alargar universo
S3-3	Processos de reparação de impactos negativos		Cap. 6.3 » riscos sociais identificados; mecanismos de mitigação	Formalizar processo
S3-4	Medidas e objetivos relacionados com comunidades		Cap. 3.1-3.5 » intervenção ESS, habitação, Pilar Pessoas, comunidades	Manter e aprofundar
S3-5	Objetivos relacionados com comunidades afetadas		Cap. 7 » metas Plano Diretor 2026	Formalizar objetivos

### ESRS S4 - Consumidores e Utilizadores Finais

ESRS	DESCRIÇÃO	ESTADO	LOCALIZAÇÃO NESTE RELATÓRIO	AÇÃO 2026
S4-1	Políticas relativas a consumidores		Cap. 3.3 » produtos de inclusão financeira; critérios de elegibilidade	Formalizar política
S4-2	Processos de envolvimento com consumidores		Cap. 3.2 » acompanhamento preventivo; sistemas de alerta precoce	Formalizar processo
S4-3	Processos de reparação de impactos negativos		Cap. 3.2 » mecanismos de alerta precoce e ajustamento (EWS)	Formalizar
S4-4	Medidas e objetivos relacionados com consumidores		Cap. 3.2, 3.3 » segmentos prioritários; produtos adaptados	Manter e aprofundar
S4-5	Objetivos relacionados com consumidores		Cap. 3 » intervenção ESS, habitação, Pilar Pessoas, comunidades; Cap. 7 » metas habitação e inclusão financeira	Associar métricas

Nota: Este anexo é complementar ao reporte CSRD/ESRS publicado no Relatório de Sustentabilidade 2025 - Anexo IV do R&C 2025.

## TISFD ANEXO E – ALINHAMENTO COM A TISFD

Este anexo apresenta o primeiro exercício de alinhamento do desempenho do Banco Montepio com os quatro pilares da *Taskforce on Inequality and Social-related Financial Disclosures* (TISFD): *Governance, Strategy, Risk Management* e *Metrics & Targets*. Desenvolve e complementa a síntese apresentada no Capítulo 6 - Governança da Sustentabilidade, com base no documento *Conceptual Foundations: Understanding relationships between business, finance, people and inequality*, publicado pela TISFD em outubro de 2025. Reporte futuros serão ajustados em função da evolução do quadro formal da *Task-force*.

### GOVERNANCE - Estrutura de governação aplicada ao impacto social

ÓRGÃO / MECANISMO	RESPONSABILIDADE NO IMPACTO SOCIAL	ARTICULAÇÃO COM DECISÃO DE CAPITAL E GESTÃO DE RISCO SOCIAL	FREQUÊNCIA / FORMALIZAÇÃO
<b>Conselho de Administração</b>	Aprovação da Estratégia Corporativa de Sustentabilidade e supervisão global do desempenho social.	Aprova o Plano Diretor de Sustentabilidade e os compromissos públicos de impacto social. Supervisiona o cumprimento dos referenciais internacionais subscritos.	Anual. Composição em 2025: 58% mulheres, 50% independentes.
<b>CANESG</b> (Comissão de Avaliação, Nomeações, Ética, Sustentabilidade e Governo)	Assiste ao Conselho de Administração na supervisão da agenda de sustentabilidade, ética e governo, incluindo as dimensões sociais.	Acompanha os trabalhos do Gabinete de Sustentabilidade e a implementação da Estratégia, apreciando coerência entre compromissos externos e práticas internas.	17 sessões em 2025.
<b>COMSESG</b> (Comité de Sustentabilidade)	Apreciação e supervisão da Estratégia de Sustentabilidade e do Plano Diretor de Sustentabilidade. Reporta à Comissão Executiva (CE) e à CANESG.	Decide, em primeira instância, sobre critérios de impacto, desenho de soluções para segmentos vulneráveis e compromissos quantitativos do Plano Diretor.	Trimestral (relatório de acompanhamento).
<b>Gabinete de Sustentabilidade</b> (sob responsabilidade da função de Chief Sustainability Officer)	Coordenação transversal da integração ESG, responsabilidade social corporativa e investimento de impacto. Reporta funcionalmente ao Presidente da CE.	Articula a aplicação dos referenciais (TISFD, IRIS+, ERSR, Teoria da Mudança). Consolida métricas e prepara a divulgação anual.	Contínuo.

<b>DCESSP</b> (Direção Comercial da Economia Social e Setor Público)	Gestão e execução da relação comercial com o setor da Economia Social e Solidária e setor público.	Mantém a relação direta com cerca de 3 760 entidades ESS. Recolhe a evidência primária junto das entidades da ESS.	Contínuo.
--	--	--	-----------

### GOVERNANCE - Relacionamento com stakeholders

CATEGORIA DE STAKEHOLDER TISFD	MECANISMO DE ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE E FINALIDADE DO INPUT NA DECISÃO
<b>Own workforce</b> (colaboradores próprios)	Comissão de Trabalhadores; canal de denúncia ético; questionário a colaboradores; mesas de negociação coletiva (cobertura: 100%).	Anual e contínuo. <i>Input</i> em políticas de remuneração, condições de trabalho, formação e desenvolvimento.
<b>Workers in the value chain</b> (fornecedores e contrapartes financiadas)	Diálogo direto com entidades ESS via DCESSP; recolha de evidência primária junto de entidades da ESS.	Contínuo na relação comercial; pontual no reporte. <i>Input</i> no desenho de produtos.
<b>Consumers</b> (clientes da banca de retalho)	Provedor do Cliente; canais de reclamações; indicadores de satisfação; análise de comportamento de pagamento via EWS.	Contínuo. <i>Input</i> no desenho de produtos de inclusão financeira, condições de crédito e prevenção de sobre-endividamento.
<b>Communities</b> (comunidades onde o Banco Montepio está presente)	Parcerias estruturadas (EPIS, <i>Junior Achievement</i> Portugal, Biovilla, ZERO, ColorADD.Social); voluntariado corporativo; presença comercial em +60 concelhos de baixa densidade.	Anual nas parcerias; contínuo na presença comercial. <i>Input</i> na identificação de necessidades sociais locais.
<b>Public institutions</b> (instituições públicas)	Diálogo institucional com IEFPI/PMMA (microcrédito), CASES, ASF e Banco de Portugal; participação em redes setoriais (ESBG, UNGC, WEF-NCC).	Contínuo. <i>Input</i> na adaptação a quadros regulamentares e na partilha de evidência para política pública.
<b>Economic stakeholders</b> (investidores, parceiros financeiros)	Relatório de Sustentabilidade (CSR/ESRS); <i>roadshows</i> ; contactos diretos com investidores e analistas.	Anual no reporte; contínuo nos contactos de <i>investor relations</i> . <i>Input</i> na evolução do quadro de reporte.

### STRATEGY - Articulação dos eixos estratégicos com o modelo conceptual TISFD

EIXO ESTRATÉGICO BM	STAKEHOLDERS TISFD	DIMENSÕES "STATE OF PEOPLE"	PLANO DE ADICIONALIDADE
<b>Economia Social e Solidária</b>	<i>Communities; workers in value chain</i> (Entidades ESS); <i>end-users</i> (beneficiários finais).	<i>Access to resources and services; physical and mental health; income and wealth; social cohesion and trust; inclusion and belonging.</i>	Acesso ao financiamento e territorial (zonas menos bancarizadas).

<b>Habitação Própria e Permanente</b>	<i>Consumers</i> (jovens, agregados de rendimentos médios e baixos, pessoas com deficiência).	<i>Housing; income and wealth; life, liberty and security; environmental quality.</i>	Condições (alargamento etário, isenção de comissões, Garantia do Estado) e territorial.
<b>Pessoas e Inclusão Financeira</b>	<i>Consumers</i> (financeiramente vulneráveis); <i>workers in value chain</i> (empreendedores apoiados); <i>end-users</i> via <i>Impact Innovation Fund</i> .	<i>Income and wealth; work and job quality; knowledge and skills; access to resources and services.</i>	Acesso ao financiamento (microcrédito, saúde e educação) e condições (investidor âncora IIF).
<b>Comunidades e relacionamento local</b>	<i>Communities; end-users</i> de programas de parceria.	<i>Knowledge and skills; meaning and purpose; cultural identity and heritage; environmental quality.</i>	Contributo a programas multi-financiador (atribuição parcial declarada).
<b>Capital Humano e Coerência Interna</b>	<i>Own workforce.</i>	<i>Income and wealth (gap salarial); work and job quality; knowledge and skills; inclusion and belonging; voice and participation.</i>	Adicionalidade declarada (verificação externa CSR/ESRS).

### STRATEGY - Fatores sociais identificados como estrategicamente relevantes

O exercício focalizado de materialidade aplicado sobre resultados da consulta a *stakeholders* em 2025 – onde se incluíram as entidades da ESS - confirmou a relevância, nomeadamente, dos fatores sociais para a estratégia corporativa de sustentabilidade.

FATOR SOCIAL	RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA	RESPOSTA ESTRATÉGICA	HORIZONTE
<b>Acesso à habitação própria e permanente</b>	Alta. Impacta a estabilidade de famílias e a coesão territorial.	Crédito habitação a segmentos prioritários (jovens, rendimento abaixo da média, territórios de baixa densidade, pessoas com deficiência).	Longo prazo
<b>Sustentabilidade da Economia Social e Solidária</b>	Alta. Risco de continuidade de respostas sociais essenciais.	Financiamento especializado ESS (94 M€; 3 760 entidades ativas; Conta Acordo).	Longo prazo
<b>Exclusão social e financeira</b>	Alta. Risco de agravamento de desigualdades.	Microcrédito, financiamento à saúde e educação, presença em territórios de baixa densidade, IIF.	Médio prazo
<b>Desigualdade de género</b>	Média-alta. Internamente e na cadeia de valor.	WEPs (nível Leader); paridade no CA; 44% mulheres em 1.ª linha de decisão; redução <i>gap</i> salarial.	Médio prazo

<b>Transição climática e digital</b>	Média. Formas de exclusão emergentes (envelhecimento demográfico, digitalização, pobreza energética).	Programa Get2Zero PME; literacia digital; coordenação com financiamento à eficiência energética.	Longo prazo
--------------------------------------	--	--	-------------

### RISK MANAGEMENT (i) - Riscos e oportunidades sociais entity-level

RISCO / OPORTUNIDADE	TIPO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MECANISMO DE GESTÃO
<b>Sobre-endividamento de famílias</b>	Risco operacional / reputacional	Média	Alto	Sistema de Alertas Precoces (EWS) com lógica de saúde financeira; articulação com PARI e PERSI.
<b>Exclusão financeira territorial</b>	Risco de mercado / reputacional	Média	Médio	Presença em +60 concelhos de baixa densidade; rede DCESSP especializada.
<b>Continuidade das respostas sociais ESS</b>	Risco operacional	Média	Alto	Financiamento especializado à ESS; Conta Acordo para a gestão de tesouraria das EESS.
<b>Desigualdade interna (gap salarial e diversidade)</b>	Risco reputacional / legal	Baixa	Médio	Política de Diversidade e Inclusão; monitorização contínua de indicadores; verificação externa CSR/ESRS S1.
<b>Evolução regulatória (CSR, CSDDD, TISFD)</b>	Risco legal	Alta	Médio	Alinhamento antecipado com ESRS S1-S4 e com TISFD; Declaração de Compromisso com os Direitos Humanos.
<b>Diferenciação por liderança em reporte social</b>	Oportunidade	Alta	Alto	Reporte TISFD pioneiro; posicionamento competitivo único no setor bancário português.
<b>Crescimento do setor da Economia Social e Solidária</b>	Oportunidade	Alta	Médio	Especialização da DCESSP; parcerias institucionais; consolidação da quota de mercado de 28% junto das EESS.

### RISK MANAGEMENT (ii) - Sistema de Alertas Precoces (EWS) e saúde financeira

A gestão do risco de sobre-endividamento de clientes e ou famílias - identificado como risco social associado à atividade creditícia - está ancorada num sistema de alertas precoces (*Early Warning Systems*, EWS) que opera segundo uma lógica de prevenção e saúde financeira.

O sistema EWS antecipa sinais de deterioração da capacidade de pagamento por parte de clientes – sejam alterações no padrão de utilização de produtos, indicadores de esforço financeiro, comportamentos atípicos de saldo ou outros sinais externos de risco - e contacta proactivamente o/a cliente em momento anterior ao incumprimento efetivo para a compreensão da situação identificada e identificação conjunta de soluções: renegociação de dívida, ajustamento de prazos e prestações, carências, refinanciamento, ou encaminhamento para os regimes legais PARI e PERSI quando aplicáveis. Para além da manutenção da relação e da estabilidade financeira do/a cliente, o EWS protege o risco prudencial do Banco Montepio.

Esta abordagem operacionaliza o princípio TISFD de articulação entre gestão de risco e impacto social, ao reconhecer que os mecanismos de mitigação do risco de crédito contribuem também para a estabilidade financeira das pessoas e famílias e para a sua participação no sistema económico, em linha com os *pathways* de risco de estabilidade social e financeira identificados no *Conceptual Foundations* da TISFD.

**RISK MANAGEMENT - Riscos system-level** (leitura aplicada ao contexto português)

CATEGORIA DE RISCO SYSTEM-LEVEL (TISFD)	PATHWAY DE MANIFESTAÇÃO NO CONTEXTO PORTUGUÊS	CONTRIBUTO BM PARA A MITIGAÇÃO	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
<b>Societal stability risk</b> (estabilidade social)	Erosão da coesão social em territórios de baixa densidade por desinvestimento e despovoamento. Pressão sobre a capacidade do setor da Economia Social de manter respostas sociais essenciais (infância, idosos, deficiência, saúde) num contexto de envelhecimento demográfico, escassez de mão-de-obra qualificada nas entidades da ESS e fragilidade orçamental.	Presença comercial em +60 concelhos de baixa densidade. Conta Acordo dirigida à gestão de tesouraria das ESSS. Crédito habitação orientado para fixação de população em territórios de baixa densidade (1 337 famílias em 2025; 170,2 M€).	% entidades ESS em territórios de baixa densidade; continuidade da atividade ESS após apoio (≥92% em 2025); volume de crédito habitação em territórios de baixa densidade.
<b>Macroeconomic risk</b> (estabilidade macroeconómica)	Concentração de exposição ao segmento jovem do crédito habitação (3 606 agregados, 696 M€) face a evolução de taxas e à dinâmica do mercado imobiliário. Restrição da procura agregada por desigualdade de rendimento. Pressão sobre o crescimento potencial pela limitação de mobilidade social.	Mobilização sistemática da Garantia do Estado, isenção de comissões e crédito a 100% nos perfis elegíveis. Microcrédito orientado para criação de emprego (185 postos em 2025). Política de salário mínimo interno acima do salário mínimo nacional (1 200 €).	Volume de crédito habitação a jovens e a famílias de rendimento abaixo da média; n.º de postos de trabalho criados via microcrédito; salário mínimo BM vs. SMN.

<b>Financial stability risk</b> (estabilidade financeira)	Interligação entre desigualdade habitacional e risco de crédito sistémico (lições da crise 2007-2008 referidas no <i>Conceptual Foundations</i> TISFD). Risco de sobre-endividamento das famílias num contexto de aperto monetário. Vulnerabilidade da carteira social a choques externos (energia, inflação alimentar) que afetam a capacidade de pagamento dos beneficiários finais das entidades da ESS.	Sistema de Alertas Precoces (EWS) com lógica de saúde financeira (ver E.5.1); práticas de crédito responsável; diversificação da análise de impacto social entre três eixos não-correlacionados.	Indicadores prudenciais (NPL, <i>cost of risk</i> ) divulgados no Relatório e Contas 2025; rácios de risco da carteira social.
---	---	--	--

Em 2025, a leitura dos riscos *system-level* assume natureza predominantemente qualitativa, refletindo o enquadramento atualmente disponível da TISFD, prevendo-se a evolução gradual e prudente para a sua quantificação em indicadores específicos de exposição.

**RISK MANAGEMENT - Articulação com a transição climática (just transition)**

O referencial *Conceptual Foundations* TISFD sublinha a interdependência entre desigualdade social e transição climática: os custos da adaptação climática recaem desproporcionadamente sobre populações mais vulneráveis, e a transição verde apenas se concretiza com sucesso se os custos e benefícios forem distribuídos equitativamente. No perímetro do Banco Montepio, esta articulação manifesta-se em três pontos principais:

- **Vulnerabilidade dos territórios de baixa densidade.** A presença comercial em territórios não-metropolitanos coloca desafios de exposição direta a eventos climáticos extremos (incêndios, secas) que afetam tanto a carteira de crédito como a continuidade dos beneficiários finais das entidades das ESS apoiadas.
- **Crédito habitação e eficiência energética.** A carteira de crédito habitação é o principal *pathway* pelo qual o Banco Montepio pode contribuir para a transição (eficiência energética do parque habitacional) sem agravar desigualdades. A coordenação entre ofertas de crédito e mecanismos de garantia pública é monitorizada nesta lógica.
- **Resposta da Economia Social às necessidades emergentes da transição.** Várias entidades da carteira ESS desenvolvem respostas dirigidas a populações afetadas pelos efeitos da transição (capacitação, inclusão energética, agricultura sustentável). A continuidade do financiamento ao setor é, neste sentido, um instrumento de mitigação de *societal stability risk*.

A articulação detalhada das estratégias climáticas do Banco Montepio é apresentada no Relatório de Sustentabilidade 2025 - Anexo IV do Relatório e Contas, em conformidade com ERS E1.

### METRICS & TARGETS - Indicadores de inclusão interna

INDICADOR	RESULTADO 2025	META 2026	REFERENCIAL
Gap salarial de género (global)	11%	<10%	TISFD / WEPs / ESRS S1-16
Mulheres em 1.ª linha de decisão	44%	≥40%	TISFD / WEPs / ESRS S1-9
Pessoas com grau de incapacidade ≥60%	3,7%	≥3,7%	TISFD / ESRS S1-12
Salário mínimo interno vs. Salário Mínimo Nacional (SMN)	+38% (1 200 €)	Manter % face ao SMN	TISFD / Living wage
% trabalhadores/as abrangidos por negociação coletiva	100%	100%	TISFD / ESRS S1-8
WEPs - nível de maturidade	Leader	Manter	WEPs (<5% das organizações globais participantes)

### METRICS & TARGETS - Indicadores de inclusão externa

INDICADOR	RESULTADO 2025	META 2026	REFERENCIAL
Financiamento em territórios de densidade abaixo da média	170,2 M€	Crescimento	TISFD / ODS 10
Crédito a agregados familiares de rendimento abaixo da média	91,9 M€	Crescimento	TISFD / ODS 1
Crédito a pessoas com deficiência	19,6 M€	Manter	TISFD / ODS 10
Beneficiários diretos via entidades da ESS	cerca de 465 000	Crescimento	TISFD / IRIS+ / ODS 1, 3, 10
Postos de trabalho criados (microcrédito)	185	≥150	TISFD / ODS 8
% entidades da ESS que mantiveram atividade após apoio	≥92%	≥92%	TISFD / ESRS S3
Quota de mercado ESS (entidades com fins sociais)	28%	≥28%	TISFD / ODS 17

Notas. (a) As metas para 2026 derivam do Plano Diretor de Sustentabilidade 2026. (b) A informação metodológica detalhada de cada indicador é apresentada no Anexo G - Metodologia e Nota de Evidência. (c) A coluna Referencial indica o cruzamento com os principais frameworks aplicáveis: TISFD (Conceptual Foundations, outubro 2025), WEPs (Women's Empowerment Principles), ESRS (European Sustainability Reporting Standards), IRIS+ (Global Impact Investing Network), e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas).

### METRICS & TARGETS - Antecipação de métricas TISFD em desenvolvimento

Em alinhamento com a evolução do referencial TISFD e com base nas áreas que o documento *Conceptual Foundations* identifica como relevantes para o *Disclosure Framework*, projeta-se o desenvolvimento, no horizonte 2026-2027, de métricas adicionais nas seguintes áreas:

MÉTRICA ANTECIPADA	JUSTIFICAÇÃO FACE AO CONCEPTUAL FOUNDATIONS TISFD	STAKEHOLDER PRIMÁRIO	HORIZONTE DE REPORTE
Seguimento longitudinal de postos de trabalho criados via microcrédito a 24 meses	Medição de <i>outcomes</i> ("postos criados" vs. "postos mantidos"), em linha com o requisito TISFD de leitura de <i>outcomes</i> em horizontes alargados.	<i>Workers in value chain</i>	RIS 2027 (primeiros dados); RIS 2028 (série completa).
Análise de <i>living wage</i> aplicada à carteira de crédito das EESS	<i>Living wage</i> como <i>pathway</i> de risco macroeconómico e indicador-chave da dimensão <i>income &amp; wealth</i> .	<i>Workers in value chain (Entidades da financiadas)</i>	RIS 2028
Indicadores de exposição da carteira a setores e territórios de elevada vulnerabilidade económica	Indicadores quantitativos de concentração de risco social ( <i>system-level</i> ), antecipando alinhamento para <i>macroeconomic &amp; financial stability risk</i> .	<i>Communities; economic stakeholders</i>	RIS 2026
Indicador de <i>equity</i> em acesso a produtos financeiros ( <i>vertical inequality</i> )	Mede a distribuição do acesso ao crédito habitação e ao microcrédito por quintil de rendimento, em linha com a leitura de <i>vertical inequality</i> privilegiada pelo <i>Conceptual Foundations</i> TISFD.	<i>Consumers</i>	RIS 2027
Indicadores de abordagem preventiva de gestão de risco e apoio à saúde financeira de clientes	Saúde financeira dos clientes, avaliada através de indicadores agregados de desempenho dos mecanismos preventivos, articulando gestão de risco e impacto social.	<i>Consumers</i>	RIS 2028

## ANEXO F – MAPEAMENTO DO CONTRIBUTO PARA OS ODS

Este anexo apresenta o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários para a atividade corporativa, associando a cada objetivo os alvos específicos relevantes, as atividades correspondentes e as métricas verificáveis disponíveis em 2025. O mapeamento segue as orientações dos *SDG Impact Standards* (UNDP) e complementa a tabela sumária apresentada no Capítulo 4 – Resultados de Impacto 2025.

### ODS 1 - Erradicação da Pobreza

*Contribuir para que todas as pessoas tenham acesso a recursos económicos e serviços básicos.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
1.4 - Acesso a serviços financeiros e recursos económicos	Microcrédito LAECPE para empreendedores em situação de vulnerabilidade	2,67M€; 133 operações; 185 postos de trabalho
1.4 - Acesso a serviços financeiros	Apoio a entidades ESS que prestam serviços a populações carenciadas	465 000 beneficiários apoiados através das EESS
1.b - Criar enquadramentos políticos de combate à pobreza	Participação em redes europeias (ESBG) p/ influenciar políticas de inclusão financeira	24 protocolos nacionais e locais

### ODS 2 - Erradicação da Fome

*Apoiar entidades que asseguram acesso a alimentação adequada.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
2.1 - Acesso à alimentação segura e nutritiva	Financiamento a entidades ESS com serviços alimentares essenciais (cantinas sociais, bancos alimentares)	Incluído nos 465 000 beneficiários apoiados através das EESS

### ODS 3 - Saúde e Bem-Estar

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
3.8 - Cobertura universal de saúde	Financiamento a entidades da ESS com respostas na área da saúde	322 270 utentes em serviços de saúde apoiados
3.8 - Acesso a serviços de saúde essenciais	Crédito Saúde para despesas de médio e longo prazo	977 358€ concedidos
3.4 - Bem-estar e saúde mental	Programas internos de bem-estar para colaboradores	88 participantes na Semana da Saúde e Bem-Estar

### ODS 4 - Educação de Qualidade

*Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
4.1 - Educação primária e secundária de qualidade	Parceria EPIS - acompanhamento de alunos em risco de insucesso	10 129 alunos; 252 escolas; +3,3 p.p. sucesso escolar
4.1 - Qualidade do ensino	Parceria EPIS - alunos acompanhados há mais de 1 ano	+10,3 p.p. qualidade do sucesso escolar
4.4 - Competências p/ emprego	Crédito Formação para qualificação e desenvolvimento profissional	478 827€
4.b - Bolsas p/ ensino superior	Categoria Banco Montepio - bolsas a estudantes vulneráveis	6 bolsas atribuídas
4.4 - Literacia financeira / digital	Programa <i>Junior Achievement</i> Portugal (JAP)	13 360 jovens (consolidado)

### ODS 5 - Igualdade de Género

*Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
5.1 – Combate à discriminação	Política de Diversidade e Inclusão; Código de Conduta	Em vigor
5.5 - Participação plena das mulheres em liderança	Representação feminina - órgãos de decisão	44% mulheres em 1.ª linha de decisão; 58% no CA
5.5 - Igualdade de oportunidades	Paridade de género na força de trabalho	50% (M) / 50% (H)
5.a - Direitos económicos iguais	Equidade remuneratória	Gap salarial 11% (- 2 p.p.)
5.b - WEPs	Avaliação <i>WEPS Gap Analysis tool</i>	Nível: <i>Leader</i>

### ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico

*Promover o crescimento económico inclusivo e o trabalho digno para todos.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
8.3 - Emprego inclusivo e empreendedorismo	Microcrédito LAECPE para criação do próprio emprego	185 postos de trabalho criados
8.3 - Apoio a micro e pequenas empresas	<i>Impact Innovation Fund</i>	≈18 (ponderados); ≈9 137 (ponderados)
8.5 - Emprego pleno e trabalho digno	Salário mínimo interno acima do SMN	1 200€ (+38% vs. SMN)
8.8 - Direitos laborais e ambiente de trabalho seguro	Sistemas de saúde e segurança no trabalho	228 dias perdidos; 0 incidentes graves
8.10 - Acesso a serviços bancários	Produtos de inclusão financeira	380 276 cartões adaptados; 3 532 Contas Cresce

## ODS 10 - Redução das Desigualdades

*Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre países.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
10.2 - Inclusão económica e social	Crédito bonificado para pessoas com deficiência	19,6M€; 186 clientes
	Crédito habitação jovens <35 anos	696,2M€; 3 606 clientes
	Pessoas com deficiência ≥60%	3,7% da força de trabalho
10.3 - Igualdade de oportunidades	Redução do <i>gap</i> salarial de género	11% (vs. 13% em 2024)
10.4 - Políticas fiscais e salariais equitativas	<i>Living wage</i> - salário mínimo interno	1 200€ (+38% vs. SMN)
10.b - Fluxos financeiros para países/regiões desfavorecidas	Financiamento em territórios de baixa densidade populacional	170,2M€; 45% carteira ESS

## ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

*Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras e sustentáveis.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
11.1 - Habitação adequada e acessível	Crédito habitação para jovens e segmentos prioritários	830,7M€; 4 958 clientes
11.1 - Habitação para jovens	Crédito habitação jovens ≤35 anos	696,2M€; 55% da carteira HPP
11.3 - Desenvolvimento territorial inclusivo	Financiamento em concelhos de baixa densidade populacional	170,2M€; 69 concelhos
11.4 - Preservação do património cultural	Iniciativas culturais e comunitárias	Cartão Crédito Vida; 12 303€ doados

## ODS 17 - Parcerias para a Implementação

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global.*

Meta ODS	ATIVIDADE BANCO MONTEPIO	MÉTRICA 2025
17.17 - Parcerias público-privado-social	Protocolos com IEFP, CASES, UMP, CNIS e outras entidades	24 protocolos nacionais e locais
17.17 - Parcerias p/ impacto	Parcerias estratégicas (EPIS, JAP, ColorADD, ZERO, Biovilla)	6 parcerias estruturantes
17.16 - Parcerias globais para o desenvolvimento	Participação em redes internacionais	ESBG; TISFD; UNGC; WEPs
17.19 - Medição do progresso	Adoção de referenciais internacionais	IRIS+; ESRS; TISFD; ToC

## Nota metodológica

O mapeamento ODS segue as orientações dos *SDG Impact Standards* (UNDP) e do *SDG Compass* (GRI/UNGC/WBCSD), privilegiando a associação de métricas verificáveis a metas específicas da Agenda 2030. As metas selecionadas correspondem aos *sub-targets* com maior relevância para a atividade do Banco Montepio.

A análise de eventuais impactos adversos associados à atividade, nomeadamente riscos de sobre-endividamento, exclusão digital ou impactos ambientais, é apresentada no Capítulo 3.3 – Pilar Pessoas e Inclusão Financeira.

## ANEXO G - METODOLOGIA E NOTA DE EVIDÊNCIA

Neste anexo documenta-se a metodologia de medição e reporte do impacto social - critérios de recolha de dados, princípios de atribuição e sistema de classificação da evidência - assegurando rastreabilidade e verificabilidade das informações apresentadas neste relatório.

### Princípios metodológicos

A abordagem assenta em quatro princípios: intencionalidade - apenas as atividades com intenção de impacto social explícita são incluídas no perímetro de medição; integração - o impacto está incorporado nos mecanismos de decisão e acompanhamento, não num exercício paralelo; evidência - preferência por dados verificáveis e conservadores face a estimativas otimistas; e aprendizagem - revisão anual da abordagem e dos indicadores, reconhecendo a natureza progressiva dos efeitos sociais

### Perímetro de reporte

Este relatório cobre a atividade do Banco Montepio no exercício de 2025. A Fundação Montepio é referenciada de forma autónoma, com impacto estimado na proporção do contributo financeiro do Banco Montepio (17,3% das receitas da Fundação). A cobertura geográfica abrange Portugal continental e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

### Fontes de dados

Os dados apresentados neste relatório foram recolhidos a partir das seguintes fontes:

- *Sistemas internos* - dados operacionais, indicadores de capital humano e voluntariado, recolhidos e validados pelas direções responsáveis por cada matéria.
- *Parceiros e entidades financiadas* - dados de beneficiários e *outcomes* recolhidos junto das entidades da ESS financiadas, da Fundação Montepio e dos parceiros estratégicos (EPIS, LAECPE/IEFP, *Impact Innovation Fund*).
- *Fontes externas* - dados de contexto e referência provenientes do INE, da Conta Satélite da Economia Social (CASES), do Banco de Portugal e de referenciais internacionais (GIIN, EFRAG, UNDP).
- *Relatório de Sustentabilidade 2025* - indicadores de capital humano e governação reportados ao abrigo das ESRS/CSR, com verificação externa independente.
- *Estimativas e ajustamentos* - alguns dados podem incluir estimativas ou ajustamentos metodológicos decorrentes de limitações na atualização da informação utilizada.

### Sistema de classificação do nível de evidência

Os indicadores são classificados segundo três níveis de evidência, que refletem o grau de robustez e verificabilidade da informação:

- **Nível 1 - Atividade** Dados diretamente observáveis e verificáveis a partir de registos operacionais internos. Incluem montantes de crédito concedido, número de entidades financiadas, horas de voluntariado e número de colaboradores/as. São os indicadores mais robustos e comparáveis, mas não captam mudanças geradas.
- **Nível 2 - Resultado direto (Output)** Dados que medem os resultados imediatos das atividades, verificáveis através de registos operacionais ou informação recolhida junto de parceiros. Incluem número de postos de trabalho criados, número de beneficiários alcançados e taxa de penetração no mercado da ESS. Permitem compreender a escala da intervenção, mas não as mudanças que dela decorrem.
- **Nível 3 - Mudança observada (Outcome)** Medem as mudanças verificáveis nas condições de vida de beneficiários ou capacidade das organizações apoiadas, obtidos através de seguimento direto ou proxies conservadoras. Incluem percentagem de entidades ESS que mantiveram atividade, melhoria do sucesso escolar (EPIS) e taxa de regresso após licença parental. São os indicadores de maior valor informativo, mas de recolha mais exigente.

INDICADOR	NÍVEL	FONTE
Montante crédito	1 Atividade	Sistemas internos
N.º entidades ESS financiadas	1 Atividade	Sistemas internos
Montante crédito habitação jovens	1 Atividade	Sistemas internos
Horas de formação por colaborador	1 Atividade	Sistemas internos
N.º voluntários e horas	1 Atividade	Sistemas internos
Beneficiários apoiados através das ESS	2 Output	Cruzamento dados crédito + contas 228 clientes
Postos de trabalho criados microcrédito	2 Output	Acompanhamento LAECPE/IEFP
Alunos acompanhados EPIS	2 Output	Relatório EPIS
% entidades ESS ativas após apoio	3 Outcome	Acompanhamento carteira DCESSP
Melhoria do sucesso escolar	3 Outcome	Avaliação independente EPIS
Melhoria da qualidade do sucesso escolar	3 Outcome	Avaliação independente EPIS
Gap salarial de género	3 Outcome	Sistemas internos RH; verificação externa ESRS
Taxa regresso licença parental	3 Outcome	Sistemas internos RH

### **Princípios de atribuição de impacto**

A atribuição de impacto é apresentada de forma prudente, reconhecendo três limitações - (i) causalidade múltipla, (ii) proporcionalidade e (iii) adicionalidade - em linha com os princípios metodológicos adotados e descritos no Anexo “Salvaguardas editoriais”. O financiamento constitui um contributo relevante, mas não exclusivo para as mudanças observadas; no caso da Fundação Montepio, o impacto é estimado na proporção do contributo do Banco Montepio (17,3%); e a análise distingue contextos em que a intervenção ocorre em segmentos com acesso mais limitado ao mercado convencional.

### **Verificação e *assurance***

Os dados sobre capital humano e governação incluídos neste relatório foram sujeitos a verificação externa independente no âmbito do Relatório de Sustentabilidade 2025, ao abrigo da CSRD/ESRS. A restante informação foi sujeita a processos de controlo interno e revisão editorial, sem verificação externa independente. A evolução do reporte de impacto social, incluindo o eventual alargamento da verificação externa, acompanhará o desenvolvimento das práticas internacionais e os requisitos emergentes da TISFD.

### **Limitações e melhoria contínua**

As principais limitações do relatório concentram-se em três dimensões: (i) a quantificação sistemática da adicionalidade por segmento, cuja metodologia será aprofundada em 2026; (ii) a leitura dos efeitos líquidos por produto, incluindo eventuais efeitos secundários sobre as contrapartes, que requer recolha adicional de dados junto das organizações apoiadas; e (iii) o seguimento longitudinal dos beneficiários, em particular no microcrédito e no crédito a segmentos vulneráveis, que condiciona a evidência atualmente disponível sobre *outcomes* de médio prazo.

## ANEXO H - GLOSSÁRIO SOCIAL

**Adicionalidade** Princípio que orienta a alocação de capital para contextos onde o acesso ao financiamento é limitado, onde as condições do mercado convencional são desajustadas às necessidades dos beneficiários ou onde a intervenção pública é insuficiente. Na sua aceção rigorosa, uma intervenção tem adicionalidade quando gera um resultado que não teria ocorrido na sua ausência. Este relatório distingue três níveis de leitura: (i) intenção de adicionalidade, (ii) adicionalidade declarada e (iii) adicionalidade verificada.

**Alteração Material (Outcome)** Quarto nível da cadeia de valor da Teoria da Mudança. Mudanças observáveis nas pessoas, comunidades ou organizações resultantes das atividades desenvolvidas, como criação de emprego, estabilidade habitacional, acesso a serviços essenciais ou melhoria do sucesso escolar. Distingue-se dos outputs por medir mudanças geradas e não apenas resultados produzidos, e do propósito por ter um horizonte temporal mais próximo e uma causalidade mais direta.

**Árvore do Problema (Problem Tree)** Instrumento de análise integrante do *Logical Framework Approach* (LFA) que mapeia, para um problema central identificado, as causas - diretas e profundas - que o determinam e os efeitos que dele decorrem na ausência de resposta. A inversão positiva desta estrutura origina a Teoria da Mudança.

**Beneficiário Direto** Pessoa ou entidade que recebe diretamente o apoio financeiro, o serviço ou o programa desenvolvido pelo Banco Montepio.

**Beneficiário Indireto** Pessoa que beneficia de forma não direta da intervenção - por exemplo, um familiar de beneficiário/a de microcrédito ou utente de uma IPSS ou entidade da ESS financiada pelo Banco Montepio.

**Cadeia de Valor Social** Estrutura central da Teoria da Mudança que organiza a lógica de geração de impacto em seis níveis progressivos: Inputs, Soluções, Atividades, Realizações (*outputs*), Alterações Materiais (*outcomes*) e Propósito. No Banco Montepio, é aplicada traos três eixos estratégicos: Economia Social e Solidária, Habitação e Pilar Pessoas.

**Coesão Social** Capacidade de uma sociedade ou comunidade assegurar o bem-estar de todos os seus membros, minimizar desigualdades e evitar a marginalização. Inclui dimensões de inclusão, participação, reconhecimento e legitimidade.

**Conta Acordo** Produto pioneiro e exclusivo do Banco Montepio que assegura as necessidades de tesouraria das entidades da ESS antes do recebimento de fundos estatais, incluindo uma componente solidária que doa 0,50€ do valor pago pelo Estado às entidades titulares.

**DEI - Diversidade, Equidade e Inclusão** Conjunto de princípios e práticas que promovem a representatividade de diferentes perfis numa organização, asseguram igualdade de oportunidades e criam condições para a participação plena de todas as pessoas, independentemente de género, origem, deficiência ou outros fatores.

**Dupla Materialidade** Abordagem que identifica impactos, riscos e oportunidades relevantes tanto para a organização (materialidade financeira) como para a sociedade e o ambiente (materialidade de impacto). Prevista nas ESRS como requisito de reporte de sustentabilidade.

**Economia Social e Solidária (ESS)** Setor composto por cooperativas, associações, fundações, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), mutualidades e outras entidades com finalidade social, que desenvolvem atividades de interesse geral assentes em princípios de primazia das pessoas sobre o capital e gestão democrática. Em Portugal, enquadrado pela Lei n.º 30/2013.

**ESRS - European Sustainability Reporting Standards** Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade, desenvolvidas pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) ao abrigo da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Empresarial (*Corporate Sustainability Reporting Directive* - CSRD). Estabelecem requisitos de divulgação sobre impactos, riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação. As normas S1, S2, S3 e S4 dizem respeito, respetivamente, a trabalhadores, cadeia de valor, comunidades afetadas e consumidores.

**Gap Salarial de Género** Diferença percentual entre a remuneração média de homens e mulheres numa organização. Indicador de equidade remuneratória, obrigatório no âmbito das ESRS S1-16 e dos *Women's Empowerment Principles* (WEPs).

**GRI - Global Reporting Initiative** Referencial internacional de reporte de sustentabilidade, amplamente adotado por empresas e organizações para divulgar o seu desempenho económico, ambiental e social. Complementar às ESRS no contexto do Banco Montepio.

**Impacto Social** Mudanças de longo prazo geradas na sociedade como resultado das atividades desenvolvidas, contribuindo para objetivos como coesão social, inclusão financeira e redução de desigualdades. Distingue-se dos *outcomes* por ter um horizonte temporal mais alargado e uma causalidade mais difusa.

**Inclusão Financeira** Acesso a produtos e serviços financeiros adequados e acessíveis por parte de pessoas e organizações que enfrentam barreiras ao sistema bancário convencional. Inclui acesso ao crédito, poupança, seguros e meios de pagamento.

**Input** - Primeiro nível da cadeia de valor da Teoria da Mudança. Designa os recursos mobilizados para a realização de atividades com intenção de impacto social, incluindo recursos financeiros (crédito, donativos), recursos humanos (voluntariado, equipas dedicadas) e recursos técnicos (parcerias, capacitação).

**IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social** Entidade constituída por iniciativa privada, sem fins lucrativos, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos. Presta serviços nas áreas da ação social, saúde, educação e habitação.

**IRIS+ Impact Reporting and Investment Standards** Taxonomia do Global Impact Investing Network (GIIN) que define indicadores padronizados para a medição e reporte de impacto social e ambiental. Permite a comparabilidade entre organizações e o alinhamento com práticas internacionais de investimento de impacto.

**LAECPE - Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego** Linha de microcrédito resultante de protocolo entre o Banco Montepio, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e sociedades de garantia mútua, destinada a financiar pequenos negócios e combater o desemprego de longa duração e a exclusão económica e social.

**Living Wage** Salário mínimo que permite a um/a trabalhador/a satisfazer as suas necessidades básicas e as da sua família com dignidade, em função do custo de vida local. Distingue-se do salário mínimo legal por ser calculado com base em necessidades reais.

**Logical Framework Approach (LFA)** Referencial metodológico utilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), pelo Banco Mundial e pela Comissão Europeia na conceção e avaliação de intervenções com impacto social. Integra dois instrumentos complementares e sequenciais: a árvore do problema, de natureza diagnóstica, e a Teoria da Mudança, de natureza prescritiva.

**Microcrédito** Modalidade de crédito de pequeno montante destinada a pessoas ou microempresas que não têm acesso ao sistema bancário convencional, frequentemente associada a apoio técnico e acompanhamento do projeto financiado.

**Missão Social** Propósito de uma organização orientado para a criação de valor para a sociedade, para além da criação de valor económico. No caso do Banco Montepio, decorre da sua génese mutualista e orienta a forma como define prioridades e avalia o seu desempenho.

**Nível de Evidência** Grau de robustez e verificabilidade de um indicador de impacto. No âmbito deste relatório, utiliza-se uma escala de três níveis: *atividade* (o que foi feito), *resultado direto* (o que foi produzido) e *mudança observada* (o que mudou na vida dos beneficiários).

**ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** Os 17 objetivos definidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas, que estabelecem metas globais para erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar prosperidade para todos. O Banco Montepio alinha a sua atuação de impacto com os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11 e 17.

**Output (Realização)** Segundo nível de resultados da cadeia de valor da Teoria da Mudança, a seguir às Atividades. Designa os resultados imediatos e quantificáveis das atividades desenvolvidas. Por exemplo: montante de crédito concedido, número de entidades financiadas, horas de voluntariado realizadas. Os outputs medem a escala da intervenção, mas não captam, por si só, as mudanças geradas nos beneficiários ou nas comunidades.

**Pay Ratio** Rácio entre a remuneração do executivo de topo e a remuneração média dos trabalhadores/as de uma organização. Indicador de desigualdade interna relevante para a TISFD e para os investidores ESG.

**Propósito (Impacto de Longo Prazo)** Nível final da cadeia de valor da Teoria da Mudança. Efeitos de longo prazo associados a cada área de atuação - coesão social, inclusão financeira, redução de desigualdades, resiliência das EESS - com horizonte temporal mais alargado e causalidade mais difusa do que os *outcomes*, sendo por isso mais difícil de atribuir diretamente à atividade de uma única organização.

**Taxa de Penetração** Percentagem de entidades de um universo de referência que são clientes ou beneficiárias de uma determinada oferta. No contexto do Banco Montepio, refere-se à proporção de entidades ESS com finalidade exclusivamente social que são clientes do Banco, face ao universo nacional desse tipo de entidades.

**Teoria da Mudança (Theory of Change, ToC)** Metodologia que mapeia a cadeia de valor de impacto desde os recursos mobilizados (inputs) até às mudanças sociais de longo prazo (impacto), passando pelas atividades, realizações (*outputs*) e alterações materiais (*outcomes*).

Permite tornar explícitos os mecanismos de geração de impacto e estruturar a relação entre objetivos, iniciativas e resultados.

**TISFD - Taskforce on Inequality and Social-related Financial Disclosures** Iniciativa internacional que visa desenvolver um quadro de reporte que permita às instituições financeiras identificar, medir e divulgar riscos, oportunidades e impactos associados à desigualdade e a fatores sociais. Estrutura-se em quatro pilares: *Governance, Strategy, Risk Management e Metrics & Targets*. O Banco Montepio é o único banco em Portugal subscritor da TISFD.

**WEPs - Women's Empowerment Principles** Princípios desenvolvidos pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global das Nações Unidas, que estabelecem orientações para as empresas promoverem a igualdade de género e o empoderamento das mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade. O Banco Montepio é subscritor dos WEPs.

#### Glossário cruzado TISFD ↔ RIS

Correspondência entre os conceitos-chave do *Conceptual Foundations* TISFD e a terminologia adotada no corpo deste Relatório de Valor & Impacto Social. Complementa o Anexo E – Alinhamento com a TISFD.

CONCEITO TISFD	DEFINIÇÃO ( <i>CONCEPTUAL FOUNDATIONS</i> TISFD, 2025)	OPERACIONALIZAÇÃO NO RIS 2025 - BANCO MONTEPIO
<b>State of people</b>	Conjunto combinado de <i>outcomes</i> que refletem o bem-estar das pessoas, a realização dos seus direitos e o capital humano e social que detêm.	Operacionalizado nos eixos do Capítulo 3 (Onde Geramos Impacto) e nos resultados consolidados no Capítulo 4. Cada um dos cinco pilares de atuação trabalha sobre dimensões específicas.
<b>Inequality</b> (vertical / horizontal / intergeracional / estrutural)	Disparidades nos <i>outcomes</i> ou nas oportunidades das pessoas, podendo ocorrer entre grupos (horizontal), ao longo de uma distribuição (vertical), entre gerações (intergeracional) ou resultar de sistemas históricos de poder (estrutural).	Endereçada de forma transversal: <i>gap</i> salarial de género (horizontal), salário mínimo interno (vertical), crédito habitação a jovens (intergeracional) e presença em territórios de baixa densidade (estrutural).
<b>Impact</b> (atual/potencial; positivo/negativo; direto/indireto)	Efeito das atividades de uma entidade sobre as pessoas e as desigualdades, podendo ser positivo ou negativo, intencional ou não, e direto ou indireto via cadeia de valor.	Distinção sistemática entre atividade, <i>output</i> e <i>outcome</i> (Capítulo 2 e Anexo G). Adicionalidade declarada / verificada explicitada por eixo. Atribuição vs. contributo em <i>outcomes</i> multi-financiador.

<b>Dependency</b>	Dependência das organizações e da sociedade dos recursos e das relações humanas e sociais (capital humano e capital social).	Coberta pelo Capítulo 5 (Capital Humano e Coerência Interna). O alargamento da leitura a dependências da carteira ( <i>workers in value chain</i> ) integra os compromissos da E.10.
<b>Entity-level risk (operational, policy &amp; legal, reputational, market)</b>	Efeitos negativos potenciais sobre as perspetivas da entidade - <i>cash flows</i> , acesso a financiamento, custo de capital - em horizontes curto, médio e longo.	Tabela e secção EWS. Articulação com os processos de gestão de risco corporativos descritos no Relatório e Contas 2025.
<b>System-level risk (societal stability, macroeconomic, financial stability)</b>	Riscos que afetam todos ou a maioria dos atores na economia, decorrentes de impactos cumulativos e de externalidades sobre as pessoas e a sociedade.	Tabela “Riscos <i>system-level</i> ”, com leitura aplicada ao contexto português - coesão social em territórios de baixa densidade; concentração no segmento jovem do crédito habitação; interligação/ desigualdade habitacional / risco de crédito (mitigada pelo EWS, ver E.5.1).
<b>Affected stakeholders / rightsholders</b>	Indivíduos ou grupos cujas vidas são ou podem ser afetadas pela atividade de uma entidade. Quando o impacto é potencial ou atual sobre direitos humanos, são também <i>rightsholders</i> .	Identificados a nível agregado (jovens, agregados de baixo rendimento, pessoas com deficiência, beneficiários finais das entidades ESS). Alargamento antecipado em “ <i>Metrics &amp; Targets</i> ”.
<b>Just transition</b>	Ação climática e ambiental que tem em conta as pessoas, assegurando que trabalhadores, comunidades e grupos vulneráveis “não ficam para trás” na transição.	Articulada em “ <i>Risk Management</i> ” e desenvolvida no Relatório de Sustentabilidade 2025 (ESRS E1).

Nota: O presente glossário sistematiza os principais conceitos relevantes para a leitura do relatório, não esgotando a totalidade dos temas abordados, os quais são, sempre que necessário, desenvolvidos no corpo do documento.

## ANEXO I – CORRESPONDÊNCIA COM O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025

O **Relatório de Impacto Social (RIS) 2025** apresenta de forma estruturada a abordagem, os resultados e as evidências da criação de valor social associada à atividade do Banco Montepio, com enfoque nos domínios da economia social e solidária, do acesso à habitação e da inclusão financeira. Assente numa lógica de mensuração orientada para resultados (*outputs* e *outcomes*), este relatório aprofunda a leitura do impacto gerado, complementando a perspetiva financeira e ESG da atividade do Grupo. Este relatório assume natureza complementar ao Relatório de Sustentabilidade 2025, incorporando e desenvolvendo, sempre que relevante, informação já divulgada nesse âmbito, designadamente ao nível dos indicadores, enquadramento metodológico e contributos para o desempenho ESG.

O **Relatório de Sustentabilidade 2025**, parte integrante do Relatório e Contas 2025 do Grupo Banco Montepio (Anexo IV), disponível no *site* institucional, assegura o enquadramento estratégico, normativo e metodológico do Grupo, incluindo políticas e afirmações de compromisso, modelo de governação da sustentabilidade, gestão de risco e métricas ESG.

O presente relatório deve, por isso, ser lido em articulação com o Relatório de Sustentabilidade 2025, no qual estes temas são desenvolvidos de forma mais abrangente, nomeadamente ao nível das políticas, do modelo de governação, da gestão de risco e das métricas ESG, bem como dos compromissos nacionais e internacionais assumidos, em alinhamento com os principais referenciais e normas aplicáveis, designadamente a CSRD/ESRS, os GRI *Standards*, Taxonomia da União Europeia, UN Global Compact e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), *IFRS Sustainability Standards* e demais enquadramentos internacionais relevantes.

A tabela seguinte apresenta a correspondência entre os temas abordados no presente relatório e os capítulos do Relatório de Sustentabilidade 2025 onde são aprofundados.

TEMA RELATÓRIO DE IMPACTO SOCIAL 2025	CAPÍTULO RIS	REMISSÃO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025
<b>Modelo de impacto, medição e adicionalidade</b>	Cap. 2 – Como geramos impacto	<b>Cap. 3.4 - Dupla Materialidade; Cap. 6 - Impacto Social</b>
<b>Economia Social e Solidária</b>	Cap. 3.1 – Economia Social e Solidária	<b>Cap. 6 - Impacto Social; Cap. - 5 Clientes</b>
<b>Habitação própria e permanente</b>	Cap. 3.2 – Habitação própria e permanente	<b>Cap. 6 - Impacto Social; Cap. 3.2 - Estratégia</b>
<b>Pilar Pessoas e inclusão financeira (microcrédito, emprego, necessidades essenciais)</b>	Cap. 3.3 – Pilar Pessoas e Inclusão Financeira	<b>Cap. 5.2 - Clientes</b>
<b>Comunidades, parcerias e relacionamento local</b>	Cap. 3.5 – Comunidades e relacionamento local	<b>Cap. 3.3 - Partes interessadas</b>
<b>Resultados de impacto (outputs e outcomes)</b>	Cap. 4 – Resultados 2025	<b>Cap. 6.2 - Valorização do impacto</b>
<b>Capital humano (diversidade, equidade e inclusão)</b>	Cap. 5 – Capital humano	<b>Cap. 5.1 - Pessoas</b>
<b>Governação da sustentabilidade</b>	Cap. 6 – Governação da Sustentabilidade	<b>Cap. 3.1 – Governação; Cap. 7 - Governação</b>
<b>Enquadramento estratégico e posicionamento social</b>	Cap. 1 – Compromisso Social	<b>Cap. 3.2 - Estratégia de Sustentabilidade</b>
<b>Referenciais, metodologia e alinhamentos (ESRS, IRIS+, ODS, TISFD)</b>	Cap. Sobre este relatório; Cap. Anexos	<b>Cap. 10 - Anexos</b>



## FICHA TÉCNICA

**Título** Relatório de Impacto Social 2025

**Entidade responsável** Banco Montepio Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. Rua Castilho, n.º 5 | 1250-066 Lisboa, Portugal Capital Social: 1 210 milhões de euros Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Número único de matrícula e identificação fiscal 500 792 615

**Coordenação** Gabinete de Sustentabilidade - Banco Montepio

**Âmbito e perímetro de reporte** Atividade do Banco Montepio no ano fiscal de 2025, em todo o território nacional - continente e regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

**Articulação com outros documentos** Este relatório deve ser lido de forma articulada com o Relatório de Sustentabilidade 2025, integrado no Relatório e Contas do mesmo ano fiscal, sob o Anexo IV, que contém informação financeira e de governação complementar.

**Referenciais metodológicos** Teoria da Mudança (*Theory of Change*, ToC); *Logical Framework Approach* (LFA); IRIS+ (*Impact Reporting and Investment Standards*, GIIN); ESRS (*European Sustainability Reporting Standards*); TISFD (*Taskforce on Inequality and Social-related Financial Disclosures*); ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UN Global Compact).

**Código ColorADD** Integração do sistema cromático ColorADD, promovendo a acessibilidade e facilitando a leitura da informação por pessoas com deficiência na perceção de cores.



Cores que estruturam visualmente este relatório:



## SALVAGUARDAS EDITORIAIS

**Adicionalidade declarada** - Os resultados apresentados refletem atividade com intenção de impacto social. A atribuição causal direta entre a intervenção do Banco Montepio e as mudanças observadas nos beneficiários não é estabelecida de forma isolada, dado o carácter multifatorial das transformações sociais.

**Distinção entre outputs e outcomes** - O relatório diferencia resultados imediatos e diretamente mensuráveis (outputs) de mudanças observadas nos beneficiários e comunidades (outcomes). Sempre que relevante, é indicado o nível de evidência disponível: atividade, *output* ou *outcome*.

**Impacto estimado vs. impacto verificado** - Os valores do Impacto Global Estimado no Capítulo 4.5 resultam de modelos de estimativa com pressupostos declarados no Anexo F, não constituindo valores auditados.

**Dados em consolidação progressiva** - Alguns indicadores encontram-se em fase de consolidação metodológica, exigindo aprofundamento analítico e maior maturidade da evidência, em particular no que respeita à leitura longitudinal dos resultados. Subsistem limitações na disponibilidade e atualização de fontes externas oficiais, cujo desfasamento face ao período de reporte condiciona a incorporação de informação e estimativas mais robustas e atualizadas. Estas dimensões serão desenvolvidas de forma progressiva em ciclos futuros de reporte, sendo condicionadas pela evolução dos dados externos e oficiais.

**Perímetro de reporte ESS** - A análise de impacto focaliza-se nas 228 entidades da ESS com finalidade exclusivamente social que contrataram crédito com essa finalidade em 2025, representando um subconjunto do universo total de 3 760 entidades com relação ativa.

**Comparabilidade temporal** - Algumas metodologias e critérios de segmentação foram ajustados face a edições anteriores, nomeadamente o critério etário para jovens no crédito à habitação, alargado de 30 para 35 anos em 2025. As comparações com anos anteriores devem ser interpretadas à luz desta alteração.

**Testemunhos** - Os testemunhos apresentados refletem experiências de clientes, beneficiários, e colaboradores recolhidas no âmbito da atividade do Banco Montepio. Em alguns casos, foi assegurado o anonimato parcial ou total, não comprometendo o conteúdo substantivo.

**Verificação externa** - Os dados utilizados resultam da consolidação de fontes internas, complementadas por contributos de parceiros, tendo sido maioritariamente objeto de verificação externa no âmbito do Relatório de Sustentabilidade 2025.

**Declaração de fiabilidade** - A informação apresentada reflete, à data do reporte, o melhor conhecimento disponível, com base em fontes e dados devidamente identificados.

**Declarações prospetivas** - As referências a desenvolvimentos futuros são apresentadas com base nas circunstâncias e informação disponíveis à data de reporte. Apesar de refletirem cenários considerados plausíveis, poderão estar sujeitas a riscos e incertezas decorrentes de fatores externos, suscetíveis de influenciar a sua concretização.

**Direitos de reprodução** - A reprodução, total ou parcial, deste relatório requer autorização prévia do Banco Montepio. Para o efeito, deverá ser contactado o Gabinete de Sustentabilidade através do endereço [gabinetesustentabilidade@bancomontepio.pt](mailto:gabinetesustentabilidade@bancomontepio.pt)



RELATÓRIO DE **IMPACTO SOCIAL** 2025



Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.  
com sede na Rua Castilho, n.º 5, 1250-066 Lisboa, Portugal.  
Capital Social: 1210 milhões de euros  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob  
o número único de matrícula e identificação fiscal 500792615.  
© 2026 Banco Montepio. Todos os direitos reservados.

**bancomontepio.pt**

